

OBRAS NA NOVA SEDE
E SUBSEDE BAIXADA DO CRP-RJ NA
RETA FINAL / SUBSEDE DA REGIÃO
SERRANA É REINAUGURADA
P. 04

JORNAL

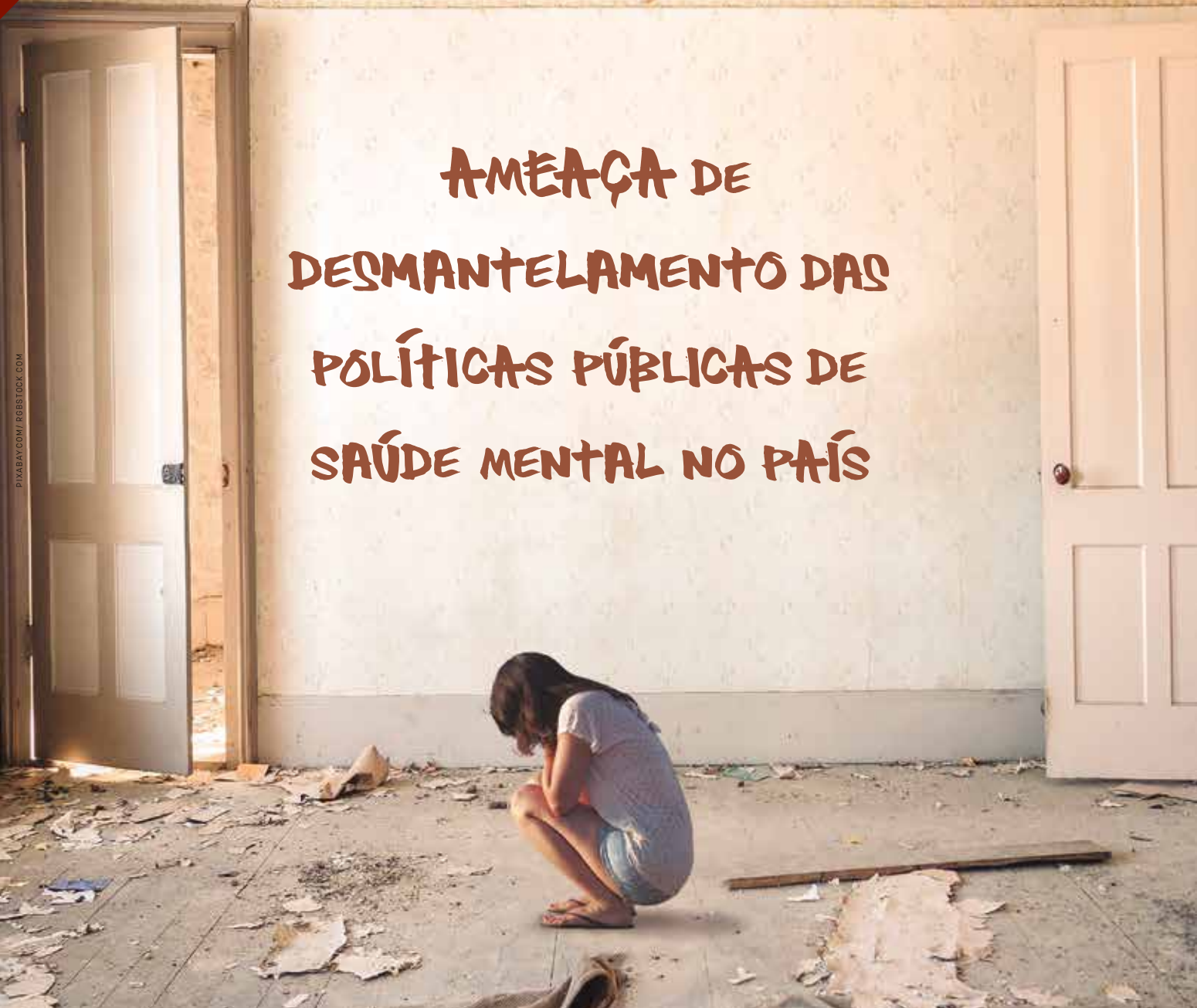


ANO 11
Nº 41

DO CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DO RIO DE JANEIRO

JULHO/2016

AMEAÇA DE DESMANTELAMENTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE MENTAL NO PAÍS



NOTÍCIAS

Delegadas (os) do Rio de Janeiro têm forte atuação no 9º CNP em Brasília
p. 08

EDUCAÇÃO

Psicologia Escolar e Educacional no Rio: um campo em construção
p. 20

INFORME

CRP-RJ amplia debates sobre Psicologia e Assistência Social
p. 32

SUMÁRIO

EDITORIAL	p. 03
SEDE NOVA	p. 04
SITE NOVO	p. 05
GESTÃO CRP-RJ	p. 06
9º CNP	p. 08
POLÍTICAS PÚBLICAS	p. 10
CAPA	p. 12
LUTA ANTIMANICOMIAL	p. 18
LEITURA RECOMENDADA	p. 19
EDUCAÇÃO	p. 20
DIREITOS HUMANOS	p. 24
ESPORTE	p. 25
ESPAÇO ORIENTAÇÃO	p. 26
BAIXADA FLUMINENSE	p. 28
NORTE-NOROESTE FLUMINENSE	p. 29
REGIÃO SERRANA	p. 30
FIQUE DE OLHO	p. 31
ASSISTÊNCIA SOCIAL	p. 32
DIALOGANDO COM O CRP-RJ	p. 33
PRESTAÇÃO DE CONTAS	p. 34
ELEIÇÕES	p. 35

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DO RIO DE JANEIRO

R. Delgado de Carvalho, 53 - Tijuca
CEP: 20260-280 - Tel./Fax: (21) 2139-5400

Diretoria Executiva

Janne Calhau Mourão (CRP 05/1608), Presidente
Maria Helena da Rego Monteiro de Abreu (CRP 05/24180), Vice-presidente
Alexandre Trzan Ávila (CRP 05/35809), Tesoureiro
Ágnes Cristina da Silva Pala (CRP 05/ 32409), Secretária

Conselheiros Efetivos

Alexandre Nabor Mathias França (CRP 05/32345)
Claudia Simões Carvalho (CRP 05/30182)
Janáína Sant'Anna Barros da Silva (CRP 05/17875)
José Novaes (CRP 05/980)
Juraci Brito da Silva (CRP 05/28409)
Marcia Ferreira Amendola (CRP 05/24729)
Maria da Conceição Nascimento (CRP 05/26929)
Marília Alvares Lessa (CRP 05/1773)
Priscila Gomes Bastos (CRP 05/ 33804)
Rodrigo Acioli Moura (CRP 05/33761)
Simone Garcia da Silva (CRP 05/40084)

Conselheiros Suplentes

André Souza Martins (CRP 05/33917)
Andris Cardoso Tiburcio (CRP 05/17427)
Denise da Silva Gomes (CRP 05/41189)
Fátima dos Santos Siqueira Pessanha (CRP 05/9138)
José Henrique Lobato Vianna (CRP 05/18767)
Juliana Gomes da Silva (CRP 05/41667)
Patrick Sampaio Braga Alonso (CRP 05/32004)
Vanda Vasconcelos Moreira (CRP 05/6065)
Viviane Siqueira Martins (CRP 05/32170)

Comissão Editorial

Alexandre Nabor M. França (CRP 05/32345), Presidente CCS
Ágnes Cristina da Silva Pala (CRP 05/32409)
Edson Petronio de Alcantara (CRP 05/37684)
Fernanda Haikal Moreira (CRP 05/34248)
Janne Calhau Mourão (CRP 05/1608)
José Novaes (CRP 05/980)
Simone Garcia da Silva (CRP 05/40084)

Redação, Edição e Fotos

Felipe Simões - MTb 31728/RJ, Ass. de Comunicação
Luiza Sansão - MTb 37079/RJ, Ass. de Imprensa
Amanda Mesquita (estagiária)
Isabela Del Rio (estagiária)

Projeto Gráfico e Diagramação

Julia Lugon, Designer
Débora Leal (estagiária)

Impressão

Edigráfica Gráfica e Editora
Tiragem 36.000 exemplares

Os conceitos emitidos nos artigos assinados são de responsabilidade dos autores, não refletindo necessariamente a opinião do CRP-RJ.

O Jornal do CRP-RJ é uma publicação do Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro.

Contato: ascom@crprj.org.br



À PSICOLOGIA E SEUS PROFISSIONAIS: POLÍTICAS PÚBLICAS E SUS EM PERIGO

Há quase 30 anos, a Constituição de 1988 estabeleceu princípios e inscreveu direitos que foram sendo efetivados através de duras lutas dos movimentos sociais, de ações populares e das organizações sindicais, entre outras instituições, com a proposição e aprovação de Projetos de Lei nas três instâncias: federal, estaduais e municipais. Essas leis estabeleciam direitos a amplas camadas da população, principalmente aos mais desfavorecidos – e, entre estes, minorias –, e determinavam suas garantias de execução por meio de vários mecanismos, entre os quais os conselhos de Controle Social, que devem debater, construir e fiscalizar a execução do estabelecido na lei.

A Psicologia e seus profissionais encontraram um amplo campo de trabalho nas políticas públicas, onde atua aproximadamente metade das (os) quase trezentas (os) mil psicólogas (os) do Brasil. Recentemente, assistimos, estarecidos, ao que uma revista brasileira apelidou – e com toda razão – de “O desmonte do Brasil” (Carta Capital, Ano XXII, nº 900 – 11 de maio de 2016). A matéria lista uma série de projetos de lei que tramitam no Congresso, com ataques a políticas públicas já estabelecidas em diversas áreas: Saúde e Educação, Trabalho, Economia e Infraestrutura, Segurança Pública, minorias. Infelizmente, em uma dessas áreas, o ataque já se escancarou desavergonhadamente.

De acordo com a referida matéria, “há tempos o SUS padece com o subfinanciamento, observa Nilton Pereira Júnior, vice-presidente da Associação Brasileira de Saúde Coletiva. De acordo com a Organização Mundial da Saúde, os gastos públicos no setor representaram um investimento de 701 dólares por habitante em 2013 (no Brasil; nota do autor). Nesse mesmo ano, o Reino Unido, pioneiro na estruturação de um sistema universal, investiu 2.786 dólares. Mesmo vizinhos do Cone Sul têm um gasto público *per capita* bem superior, como Uruguai (1.203 dólares) e Argentina (1.167 dólares): “Nos últimos anos a saúde pública sofreu vários golpes, mas havia uma disputa dentro do governo entre os defensores do SUS e os entusiastas de soluções privadas. Com o PMDB no poder, há um consenso de que a saúde pública deve restringir-se aos 20% mais pobres, como prevê a tal ‘Ponte para o Futuro’” (Carta Capital, nº 900, 11/05/2016; p. 29/30).

No dia 17 de maio, lemos as declarações do ministro da Saúde, deputado Ricardo Barros (PP-PR), em entrevista à “Folha de São Paulo”, apresentada em manchete na 1ª página: “O tamanho do SUS precisa ser revisto, diz ministro” (FSP, 17/05/2016, f. B1). Palavras textuais do Ministro: “Infelizmente a capacidade financeira do governo para suprir todas as garantias que tem o cidadão não são suficientes. Não es-

tamos em um nível de desenvolvimento econômico que nos permita garantir esses direitos por conta do Estado... Nós não vamos conseguir sustentar o nível de direitos que a instituição determina... Não adianta lutar por direitos que não podem ser entregues pelo estado” (FSP, 17/05/2016, Caderno Cotidiano, f. B1).

Devemos agradecer ao Sr. Ministro por essa “sinceridade” brutal, despidorada, quando escancara que não vai cumprir a Constituição? A Psicologia brasileira deve se preocupar: o desmonte do Brasil está começando, vamos à luta contra ele.

Após este editorial ter sido composto, os jornais – e, novamente, a Folha de São Paulo, de 18/05/2016 – noticiaram um “recuo” do ministro da Saúde, que disse, no dia seguinte às suas afirmações acima transcritas, “não ser preciso rever o tamanho do SUS” (FSP, 18/05/2016, Caderno Cotidiano, f. B1). Em sua entrevista anterior, publicada no dia 17/05/2016, além de ataques ao SUS, o ministro, em clara defesa da saúde privada, disse que quanto mais gente puder ter plano de saúde (privado), maior será a capacidade do governo para sustentar o SUS.

Diante destas novas afirmações do ministro, pensamos em rever esse editorial, mas logo verificamos sua atualidade: o ministro só “recuou” diante de protestos vindos de diversos setores e entidades, algumas delas ligadas ao Estado, como o Conselho Nacional de Saúde, por seu presidente, Ronald Ferreira dos Santos (FSP, 18/05/2016, f. B1). O alerta, portanto, continua sendo necessário: o “recuo” do ministro mostra que é preciso continuarmos atentos e mobilizados para impedir o “desmonte do Brasil”. ●

OBRAS NA NOVA SEDE DO CRP-RJ E NA SUBSEDE BAIXADA NA RETA FINAL

VEJA, ABAIXO, AS ALTERAÇÕES PROVISÓRIAS NOS DIAS, LOCAIS E TELEFONES DE ATENDIMENTO POR CONTA DAS OBRAS

Estão em fase final as obras de melhoria de infraestrutura predial, tanto na nova sede do CRP-RJ, no Centro do Rio, quanto na Subsede Baixada (em Nova Iguaçu).

Conforme noticiado na última edição do Jornal do CRP-RJ e também em nosso site e mídias sociais, as obras do prédio da nova sede começaram em março e têm previsão de término para agosto desse ano.

Já as obras na Subsede Baixada começaram em abril e também têm previsão de término para agosto.

Assim, devido a essas obras, o atendimento à categoria nesses locais sofreu algumas alterações provisórias, conforme noticiamos em nosso site e mídias sociais.

ATENDIMENTO NO RIO DE JANEIRO

O atendimento à categoria na cidade do Rio de Janeiro, que, desde setembro de 2014 estava funcionando no Centro, voltou a operar provisoriamente, na sede do CRP-RJ na Tijuca, localizada na Rua Delgado de Carvalho, nº 53 (próximo ao Largo da 2ª Feira e à estação de metrô São Francisco Xavier).

O Setor de Atendimento na sede do CRP-RJ funciona de segunda a sexta, das 9h às 16h30min para atendimento presencial e das 9h30min às 16h para atendimento telefônico pelo número (21) 2139-5400.

As (os) psicólogas (os) que necessitarem solicitar 2ª via ou Reativação de Carteira de Identidade Profissional (CIP) deverão fazer um agendamento telefônico prévio. Ele poderá ser feito de segunda a sexta, das 9h30min às 16h, somente pelo telefone (21) 2139-5400.

O agendamento telefônico será necessário durante todo o período em que o Setor de Atendimento estiver alocado na Tijuca porque as solicitações de 2ª via e Reativação

dependem da consulta aos prontuários de inscrição das (os) psicólogas (os), os quais permanecerão armazenados no prédio do Centro durante as obras.

Em caso de dúvidas, envie e-mail para atendimento@crprj.org.br.

SUBSEDE BAIXADA

A Subsede Baixada começou a funcionar, a partir de 4 de abril, no prédio da Cruz Vermelha, localizado na Rua Cel. Bernardino Melo, nº 2085 – Centro, Nova Iguaçu (na esquina da rua da própria subsede e próximo à estação de trem de Nova Iguaçu).

O atendimento em Nova Iguaçu acontece terças e sextas, das 9h30min às 12h e das 13h às 17h30min. Os contatos da Subsede permanecem inalterados: o telefone é o (21) 2768-0007 e o e-mail é subsedeni@crprj.org.br.

Durante o período de obras, o plantão de atendimento técnico prestado à categoria pela Comissão de Orientação e Fiscalização (COF) na Subsede Baixada – que acontecia às terças-feiras, das 13h30min às 17h – estará provisoriamente suspenso. Após o término das obras, o plantão será reativado.

OBRAS NA SUBSEDE DA REGIÃO SERRANA FINALIZADAS

As obras na Subsede da Região Serrana, localizada em Petrópolis, começaram em março desse ano e foram concluídas no final de julho. Com isso, a Subsede voltou a funcionar, no dia 25 de julho, na Rua Paulo Barbosa, nº 174 / sl. 15 – Centro, Petrópolis.

Os dias de atendimento da subsede, contudo, continuam provisoriamente reduzidos, acontecendo somente às segundas e quartas das 9h às 12h e das 13h às 16h30min. Saiba mais sobre a inauguração da subsede em nosso site. ●



PIXABAY.COM

CRP-RJ LANÇA NOVO SITE: CONFIRA E FIQUE POR DENTRO DA PSICOLOGIA!

Foi lançado, no final de junho, o novo site do CRP-RJ. Mais dinâmica, moderna e intuitiva, a nova plataforma privilegia a interatividade e maior acessibilidade às informações de um modo geral.

Logo na página principal, além das notícias e destaques da semana, você encontra seções contendo as principais informações do seu interesse.

Em “Orientação Profissional”, você tem acesso às principais orientações técnicas referentes à prática da Psicologia.

Já em “Serviços”, estão disponíveis informações referentes a todos os procedimentos administrativos relacionados à (ao) profissional, tais como inscrição, cancelamento, regularização financeira, entre outros.

Na seção “Legislação / Código de Ética”, você encontra links para as principais resoluções e normativas do Sistema Conselhos de Psicologia que regem a prática profissional.

Uma novidade do novo site do CRP-RJ é a seção “Enquete”, onde você

poderá contribuir com sua opinião sobre os principais acontecimentos da Psicologia no Rio de Janeiro e no Brasil.

Em “Busca de Profissional”, você verifica se a (o) psicóloga (o) de seu interesse está inscrita (o) e ativa (o) no CRP-RJ.

Já em “Boleto/ Pagamento”, é possível visualizar seus dados cadastrais e imprimir segunda via do boleto da anuidade vigente, desde que dentro do prazo de vencimento.

FACILIDADE NA BUSCA POR INFORMAÇÕES

Além disso, outra importante novidade do novo portal é a nuvem de palavras, localizada no canto superior direito da página principal (veja imagem ao lado). Essa “nuvem” funciona como uma ferramenta de busca, onde você pode pesquisar, de modo mais rápido, notícias e informações pela temática do seu interesse. Basta clicar no tema que você deseja. Por exemplo, clicando em “Direitos Humanos”, você terá acesso a todas as notícias e conteúdos publicados no site que tenham relação com essa temática.

ATENÇÃO! O ENDEREÇO DO SITE DO CRP-RJ PERMANECE O MESMO:

<WWW.CRPRJ.ORG.BR>

Não perca tempo! Acesse o novo site do CRP-RJ e fique por dentro dos principais assuntos da Psicologia! ●

SITE NOVO

PREMIAÇÃO MOSTRA
REGIÃO SERRANA APAF
ASSISTÊNCIA
DIALOGANDO ELEIÇÕES
MEDICALIZAÇÃO
SAÚDE DIA DO
PSICÓLOGO SISTEMA
PENITENCIÁRIO ESTUDANTES
RELAÇÕES RACIAIS BAIXADA
MOBILIDADE DIREITOS
HUMANOS
LAICIDADE JUSTIÇA
EDUCAÇÃO COREP
ESPORTES ÉTICA
POLÍTICAS
PÚBLICAS IDENTIDADE
TRANS

EM TRÊS ANOS, CRP-RJ AMPLIA DIÁLOGO COM A CATEGORIA E INTENSIFICA LUTA PELO COMPROMISSO SOCIAL DA PSICOLOGIA



CRP-RJ marca presença em ato público em defesa da Reforma Psiquiátrica, em 2015

O XIV Plenário do CRP-RJ – eleito democraticamente por 61% das (os) psicólogas (os) do estado do Rio em 27 de agosto de 2013 – tomou posse em setembro daquele ano com uma extensa agenda pela frente: intensificar a luta pela garantia ampla e irrestrita de direitos, reforçando o compromisso social da Psicologia. Abaixo, apontamos as principais ações realizadas pelo CRP-RJ durante o XIV Plenário em benefício da (o) psicóloga (o), da Psicologia e da sociedade como um todo.

DIREITOS DA (O) PSICÓLOGA (O)

A atribuição legal dos Conselhos de Psicologia (Lei nº 5.766/71) é orientar, disciplinar e fiscalizar o exercício da profissão. Mesmo não tendo a atuação de um sindicato, o CRP-RJ contribui na luta pela defesa dos direitos da (o) psicóloga (o). Por isso,

foi estabelecida uma parceria estratégica com o Sindicato dos Psicólogos, oferecendo apoio institucional nas principais questões trabalhistas que afligem a categoria. Quando se esgota a capacidade de atuação legal do CRP-RJ, a parceria com o Sindicato se coloca como possibilidade para continuar ações em defesa das (os) psicólogas (os).

O CRP-RJ, amparado legalmente, vem ampliando suas ações no monitoramento de concursos públicos que ofereçam vagas para psicólogas (os). Esse trabalho vai desde a elaboração dos editais até a convocação das (os) aprovadas (os).

O Conselho continua também seus esforços junto à Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) para, entre outras demandas, aumentar o valor dos honorários pagos pe-

las operadoras de planos de saúde e pôr fim à obrigatoriedade do encaminhamento médico para atendimento psicológico.

Vale destacar o protagonismo do CRP-RJ na mobilização pela aprovação do PL das 30 horas semanais para psicóloga (o), que, apesar de aprovado no Congresso, foi vetado pelo então vice-presidente da República, Michel Temer. O PL, contudo, já foi reapresentado na Câmara, abrindo novas perspectivas de lutas.

MELHORIAS NA INFRAESTRUTURA

Para melhorar a atendimento à categoria, oferecendo maior prestação e comodidade, o CRP-RJ realizou obras nas subsedes da Baixada Fluminense, em Nova Iguaçu, e da Região Serrana, em Petrópolis. O atendimento à categoria não foi interrompido, no entanto, continuando a ser feito em locais divulgados amplamente. Também o prédio da nova sede, no Centro do Rio, foi reformado e oferecemos nova situação de conforto e atendimento às (aos) psicólogas (os) do Rio de Janeiro (ver mais na pág. 4).

SOLIDIFICAÇÃO DA PSICOLOGIA

Outra vertente de atuação foi a consolidação da Psicologia a partir de uma articulação junto a representantes dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário em defesa dos interesses da profissão. O CRP-RJ solidificou parcerias com faculdades de Psicologia e demais institutos de

formação em diversos municípios, participando de atividades acadêmicas e debatendo a prática qualificada da Psicologia.

Uma importante estratégia foram as premiações para dar visibilidade às práticas psi. Deu-se continuidade ao Prêmio Margarete Paiva Simões Ferreira, que, desde 2007, premia trabalhos de psicólogas (os) e estudantes no campo das Políticas Públicas. Em 2014, foi criado o Prêmio Maria Beatriz Sá Leitão, que, no ano seguinte, passou a eleger os melhores trabalhos de profissionais e estudantes na interface com a defesa dos Direitos Humanos.

POLÍTICAS PÚBLICAS

De acordo com o Conselho Federal de Psicologia (CFP), as Políticas Públicas representam o 2º maior campo de trabalho para psicólogas (os), empregando mais de 90 mil profissionais. Por isso, lutar pela expansão dessas políticas significa não apenas defender a ampliação do Estado de Garantia de Direitos como também lutar por maior inserção da(o) psicóloga(o) no mundo do trabalho. Desde 2004, o CRP-RJ batalha pela abertura de espaço de atuação qualificada para psicólogas (os), por meio de concursos públicos, nas Políticas Públicas.

O CRP-RJ ampliou também sua inserção nos órgãos de Controle Social, fomentando as contribuições da Psicologia no monitoramento, fiscalização e implementação das Políticas Públicas: atualmente, conta com representantes em 28 Conselhos Municipais, cinco Conselhos Estaduais e 13 Fóruns da Sociedade Civil.

DIREITOS HUMANOS

A defesa dos Direitos Humanos é a principal diretriz política do CRP-RJ. Na atual gestão, a Comissão Regional de Direitos Humanos (CRDH) intensificou os debates transversalizados sobre questões pertinentes

à prática da Psicologia a partir da criação dos eixos temáticos sobre as Diversidades Étnico-Raciais e de Gênero, o Esporte, a Violência de Estado, a Laicidade, a Mobilidade Humana e a Socieducação.

O CRP-RJ destacou-se na intensa mobilização em defesa da Reforma Psiquiátrica e da Luta Antimanicomial em todo o país no final de 2015 e início de 2016, e atuou com protagonismo também na articulação nacional contra a aprovação da redução da maioria penal no começo de 2015.

As Comissões de Saúde, Educação, Justiça e Estudantes foram gestadas no bojo da CRDH e reinstaladas em 2014, potencializando os debates sobre essas práticas. Auspiciosa também foi a criação da Comissão de Assistência Social, inaugurando um espaço para fortalecer a atuação psi nesse campo (ver mais na pág. 8).

DIÁLOGOS COM A CATEGORIA

Uma das grandes apostas da atual gestão foi priorizar a orientação à categoria. O CRP-RJ potencializou espaços de encontros, trocas de experiências e debates entre profissionais e estudantes. A Mostra Regional de Práticas em Psicologia chegou esse ano à 10ª edição, atraindo psicólogas (os) e estudantes. As edições de 2014 e 2015 reuniram, ao todo, mais de dois mil participantes. Os Seminários de Direitos Humanos e Políticas Públicas também mobilizaram profissionais e estudantes, atraindo, ao todo, mais de 800 participantes nas edições de 2014 e 2015.

Outro mecanismo de ampliação da participação da

categoria foi o projeto “Dialogando com o CRP-RJ”, que mobilizou profissionais para debater diversas questões pertinentes à prática cotidiana (veja mais na pág. 9).

POLÍTICA DE INTERIORIZAÇÃO

A interiorização dos debates e ações do CRP-RJ foi um dos principais avanços do XIV Plenário. Ampliou-se a atuação política das Comissões Gestoras das Subsedes da Baixada, da Região Serrana e do Norte-Noroeste Fluminense. As (os) psicólogas (os) e estudantes do interior do estado estão mais mobilizadas (os) e participativas (os), fomentando maior articulação política nos municípios onde atuam.

José Novaes, conselheiro e presidente do CRP-RJ entre setembro de 2013 e abril desse ano, destaca que o projeto político da atual gestão do Conselho está amplamente integrado à “agenda política definida pelas (os) psicólogas (os) durante o 8º Congresso Regional de Psicologia (COREP) e o 8º Congresso Nacional de Psicologia (CNP), ambos realizados em 2013”.

“Não é tarefa fácil desenvolver, nesse cenário conservador que avança no Brasil, um projeto político pautado na defesa dos Direitos Humanos, na expansão das Políticas Públicas e na atuação ético-política da(o) psicóloga(o)”, finaliza Novaes. ●



Conferência de Jurandir Freire Iota auditório durante a 9ª Mostra, em 2015

DELEGADAS (OS) DO RIO DE JANEIRO TÊM FORTE ATUAÇÃO NO 9º CNP EM BRASÍLIA

Com o tema “Psicologia no cotidiano, por uma sociedade mais democrática e igualitária”, a 9ª edição do Congresso Nacional de Psicologia (CNP), que aconteceu em Brasília entre os dias 16 e 19 de junho, reuniu cerca de 270 delegadas (os), entre psicólogas (os) e estudantes, eleitas (os) nos 23 Congressos Regionais de Psicologia (COREP) promovidos por todo o país.

O estado do Rio levou ao evento a terceira maior delegação de psicólogas (os), atrás apenas de São Paulo e Minas Gerais. Ao todo, foram 13 psicólogas (os) eleitas (os) no 9º COREP-RJ, realizado na capital fluminense entre os dias 29 de abril e 1º de maio, além de uma delegada estudante.

Foram elas (es): Diva Lucia Gautério Conde (CRP 05/1448), Viviane Siqueira Martins (CRP 05/32170), Marinaldo Silva Santos (CRP 05/5057), Janne Calhau Mourão (CRP 05/1608), José Novaes (CRP 05/980), Juraci Brito da Silva (CRP 05/28409), Paula Smith Peixoto (CRP 05/34667), Evelyn Rebouças de Gouvêa (CRP 05/41205), Pedro Paulo Gastalho de Bicalho (CRP 05/26077), Rodrigo Acioli Mou-

ra (CRP 05/33761), José Henrique Lobato Vianna (CRP 05/18767), Roseli Goffman (CRP 05/2499), Achilles Miranda Dias (CRP 05/27415) e a estudante Flávia da Silva Sena.

QUATRO DIAS DE DEBATE SOBRE OS RUMOS DA PSICOLOGIA NO BRASIL

Ao todo, nos 23 COREP's, foram aprovadas 635 propostas, que foram compiladas pela Comissão Organizadora do CNP por afinidade temática. Essa sistematização reduziu para 329 o número de propostas debatidas e votadas no CNP.

No segundo dia do CNP, as (os) participantes dividiram-se em dez grupos de trabalho (GT), de acordo com as propostas de cada um dos três eixos temáticos: (1) Organização democrática do Sistema Conselhos e aperfeiçoamento das estratégias de diálogo com a categoria e a sociedade; (2) Contribuições éticas, políticas e técnicas ao processo democrático de garantia de direitos, e (3) Ampliação e qualificação do exercício profissional no Estado de garantia de direitos.

No terceiro e quarto dias, durante as reuniões plenárias, foram apreciadas e votadas as propostas aprovadas pelos GTs. Também foram votadas 49 moções, divididas em três categorias: Apelo, Apoio e Repúdio.

Foi lançada, ainda, a Articulação Nacional de Psicólogas (os) LGBT (ANP LGBT), com o objetivo de fortalecer a mobilização para barrar retrocessos no que se refere aos direitos LGBTs (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros) no Brasil.

Este processo democrático que culminou no CNP produzirá, finalmente, um documento com as propostas que todas (os) as (os) psicólogas (os) do país indicaram como guia para a gestão do Sistema Conselhos de Psicologia até 2019.

ATUAÇÃO DO RIO DE JANEIRO

As (os) psicólogas (os) eleitas para representar o estado do Rio nas discussões do CNP levaram a Brasília dez moções aprovadas no COREP-RJ e, durante o CNP, elaboraram mais uma moção. Todas foram aprovadas pelo plenário do evento, uma delas por aclamação.

“A delegação do Rio cumpriu seu papel com entusiasmo e determinação, garantindo presença em todos os grupos de trabalho, além de participar ativamente das discussões plenárias”, afirma Janne Calhau Mourão (CRP 05/1608), conselheira-presidente do CRP-RJ e delegada eleita para o CNP.

A delegação do Rio ressaltou a importância da reativação do Centro de Referências Técnicas em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP) e da continuação e ampliação das atividades em Políticas Públicas, aí se destacando o trabalho de psicólogas (os) no Sistema Única de Assistência Social (SUAS).



A atuação da delegação do Rio destacou-se também nos grupos de trabalho e na participação das discussões plenárias. As (os) delegadas (os) fluminenses fortaleceram o debate sobre a prevenção de HIV/AIDS, conseguindo incluir o tema em várias das propostas aprovadas.

Conselheiro do CRP-RJ e delegado eleito para o CNP, José Novaes (CRP 05/980) lembra também a aprovação, sem oposição, de propostas “de ações para agilizar o trâmite do PL nº 4364/12, que introduz mecanismos democráticos de tomada de decisão no Sistema Conselhos de Psicologia”.

COREP-RJ

A 9ª edição do COREP do Rio de Janeiro foi realizada entre os dias 29 de abril e 1º de maio, no Flamengo, e contou com a participação de 130 pessoas, entre profissionais e estudantes de Psicologia eleitas (os) delegadas (os) nos Pré-Congressos Regionais de Psicologia.

Para garantir o caráter democrático desse processo e a ampla participação da categoria, o CRP-RJ pro-

moveu uma extensa agenda de 24 Pré-Congressos contemplando municípios de todas as regiões do estado do Rio. Realizados pela Comissão Organizadora do COREP-RJ, esses eventos tiveram o objetivo discutir, elaborar e votar as propostas da categoria, além de eleger delegadas (os) para o COREP.

Como uma novidade desta edição do CNP, houve ainda quatro Pré-Congressos Livres na cidade do Rio de Janeiro, organizados pelas (os) próprias (os) psicólogas (os), de forma autônoma, isto é, sem participação do CRP-RJ.

Ao todo, nesses 28 eventos ocorridos entre fevereiro e abril desse ano, foram eleitas (os) delegadas (os) 128 psicólogas (os) e 25 estudantes e também aprovadas 238 propostas debatidas durante o COREP.

As propostas aprovadas nos Pré-Congressos foram divididas em nacionais e regionais. As de abrangência nacional servirão como diretrizes para todo o Sistema Conselhos de Psicologia e as regionais servirão como diretrizes apenas

para o CRP-RJ.

SISTEMATIZAÇÃO DAS PROPOSTAS REGIONAIS DO 9º COREP-RJ

A Comissão Organizadora do 9º COREP já divulgou a sistematização das propostas regionais aprovadas pelas (os) psicólogas (os) durante o evento. O Caderno de Deliberações Regionais contém as propostas deverão ser utilizadas como diretrizes de atuação política para a próxima gestão do CRP-RJ (2016 – 2019), que será eleita no dia 27 de agosto deste ano pelas (os) profissionais do estado do Rio. Ele pode ser acessado por meio do link: <<http://www.crprij.org.br/site/confira-a-sistematizacao-das-propostas-regionais-aprovadas-durante-o-9o-corep-rj/>>.

Assim como no 8º COREP, ocorrido em 2013, a edição desse ano do evento manteve o bem-sucedido sistema adotado nas Conferências de Saúde, a Sisconferência, que, fruto de uma parceria do CFP com o Ministério da Saúde, torna a sistematização das propostas discutidas e aprovadas mais fácil e rápida, ampliando a transparência e a segurança des-



Psicólogas (os) durante plenária final do COREP-RJ

O GOVERNO INTERINO E SEUS EFEITOS SOBRE AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A INCLUSÃO DAS MINORIAS

O Brasil atravessa um delicado momento de retrocesso nas políticas públicas e esse cenário ameaça gravemente as mais recentes conquistas obtidas na garantia de direitos das parcelas minorizadas da sociedade brasileira, tais como jovens, negros, a comunidade LGBT, a população em situação de rua, os povos indígenas e quilombolas, entre outros.

Em outubro de 2015, numa clara ação de aproximação entre o governo federal e o movimentos sociais, foi criado o Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos, uma pasta representativa das minorias e que consolidou uma grande conquista social e política.

Tanto a Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial (PNPIR), Decreto nº 4.886, de 20 de novembro de 2003, quanto o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM), de 2004 – além de outras políticas voltadas para as populações minorizadas – atuam por meio de estratégias transversais. Isto é, suas ações não se restringem a uma política específica, mas intervêm em várias outras políticas públicas que assistem as populações em questão e são ligadas a ministérios diversos.

Em maio desse ano, após assumir interinamente a Presidência da República, Michel Temer (PMDB) promoveu uma série de reformas ministeriais e não incluiu em suas nomeações – é importante destacar – mulheres ou pessoas negras, ignorando a representatividade de mais da metade da população brasileira.

Entre essas reformas, Temer extinguiu o Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos, transformando-o em uma secretaria incorporada ao Ministério de Justiça e Cidadania. Além disso, o presidente em exercício nomeou como ministro da Justiça Alexandre Moraes, conhecido pela forma truculenta com a qual reprimiu, quando à frente do comando da Polícia Militar de São Paulo, a mobilização de estudantes e professoras (es).

O Brasil atravessa um delicado momento de retrocesso nas políticas públicas e esse cenário ameaça as conquistas obtidas na garantia de direitos da população minorizada

Tal atitude deixa claro o entendimento do governo interino de que tanto estas temáticas quanto os movimentos sociais aos quais estão ligadas devem ser tratados pelo viés da segurança pública. Este entendimento não somente contraria a perspectiva da garantia de direitos como também, e principalmente, reforça estereótipos racistas e preconceituosos de criminalização das minorias.

A Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) já expressou “profunda preocupação” em relação a tais medidas, ressaltando que, em 1996, o Brasil ratificou o Protocolo de San Salvador, ficando proibido de promover qualquer re-

trocesso no que concerne aos direitos econômicos, sociais e culturais.

Especificamente sobre a questão indígena, a ONU (Organização das Nações Unidas), por meio de sua relatora especial para direitos dessa população, Victoria Tauli Corpuz, também expressou sua indignação pela extinção do Ministério na 15ª Sessão do Fórum Permanente da ONU sobre as questões indígenas (UNPFII). Ela destacou especialmente a preocupação pela nomeação de políticos assumidamente anti-indígenas para os cargos de ministros interinos nas pastas de Agricultura (Mauro Blaggi, maior produtor de soja do mundo) e Planejamento (Romero Jucá, autor do projeto de lei que visa liberar a atividade de mineração em terras indígenas). Destacou também a afirmação do ministro interino da Justiça de que deverá rever demarcações de terras indígenas já sancionadas.

A maior preocupação, neste caso, é com a PEC 215, que pretende acabar com os direitos territoriais dos povos indígenas, transferindo para o Congresso Nacional a decisão final sobre a demarcação de terras (além de proibir a ampliação de terras já demarcadas), territórios quilombolas e unidades de conservação ambiental.

A proposta, já aprovada na Comissão Especial da Demarcação de Terras Indígenas da Câmara, tem total apoio das bancadas ruralista e fundamentalista, e coloca em risco ainda maior populações como os Guarani-Kaiowá, no Mato Grosso do Sul, os Tupinambá, na Bahia, e os Juruena, em Belo Monte, no Pará.



Índios durante manifestação contra a votação da PEC que transfere a prerrogativa de homologar Terras Indígenas (TIs), Unidades de Conservação (UCs) e territórios quilombolas para o Poder Legislativo, em frente ao Planalto, em 16/12/2014

Sobre os retrocessos nas políticas públicas direcionadas à população LGBT desde o início do governo interino, podemos destacar três: a suspensão do direito ao uso do Nome Social de travestis e transexuais na administração pública; a tentativa de proibição, na legislação, à discussão sobre a temática de gênero nas escolas, tanto do Plano Nacional de Educação (PNE) como nas leis dos estados e municípios; e os cortes na saúde, que podem afetar áreas específicas de apoio à população LGBT, como o Hospital Pedro Ernesto (HUPE), um dos principais centros de referência do processo transexualizador do país (são apenas quatro hospitais no Brasil).

De forma paralela a essas mudanças, mas não menos importante, encontra-se em tramitação no Congresso Nacional o projeto “Escola sem Partido” (PL 876/2015), de autoria do deputado Izalci Lucas (PSDB-DF), cuja proposta de coibir doutrinações ideológicas prevê punições para professores que abordarem questões partidárias, e, em algumas versões similares em esferas municipais e estaduais, questões de gênero e religiosidade. Em casos mais extremos, como o do PL 1.411/2014, do deputado federal Rogério Marinho (PSDB-RN), chega a haver proposição de tipificação criminal para o crime de “assédio ideológico”.

A ideia de “neutralidade política, ideológica e religiosa” da educação tem gerado muita polêmica entre educadores e demais profissionais ligados à educação, que entendem que não falar de determinados temas também é uma forma de doutrinação política, além de representar censura e impossibilitar a construção crítica e dialógica de conhecimento, como ocorria nos “anos de chumbo” da ditadura civil-militar brasileira (1964-85).

“A independência de pensamento crítico é uma meta fundamen-

tal da escola. E essa meta depende, sim, de professores que trabalham com independência”, disse Marcos Silva, professor titular de Metodologia da História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP), à Revista Congresso em Foco, em matéria publicada no dia 5 de janeiro desse ano.

“Entendemos que a Psicologia, sendo uma profissão comprometida com a garantia de direitos, fica profundamente afetada em sua função de promoção de Saúde Mental, especialmente os profissionais que atuam nas políticas públicas, uma vez que essas medidas adotadas pelo governo interino colocam uma grande parcela da população mais afastada das garantias cidadãs de participação social para a promoção de uma vida digna”, avalia Fernanda Haikal (CRP 05/34248), psicóloga e assessora de Políticas Públicas do CRP-RJ. ●



CAPA

AMEAÇA DE DESMANTELAMENTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE MENTAL NO PAÍS E A DEFESA DA SAÚDE COMO UM DIREITO

Em meio à crise política que o país atravessa, o movimento contra a precarização das políticas públicas, especialmente na área da Saúde Mental, tem pela frente a responsabilidade de não deixar esmorecer a luta contra retrocessos na política da Reforma Psiquiátrica, que determinou o fechamento progressivo dos hospitais psiquiátricos, bem como contra o desmantelamento do SUS. Profissionais de Psicologia têm grande presença nesse movimento, e, portanto, assumem responsabilidades diante dos desafios que se impõem

Após meses de intensa luta contra a nomeação do médico psiquiatra Valencius Wurch Duarte Filho para a Coordenação de Saúde Mental, Álcool e Outras Drogas, do Ministério da Saúde, aprofundou-se o debate sobre a importância da defesa do SUS (Sistema Único de Saúde) público e da Política de Saúde Mental pautada em serviços territoriais substitutivos de tratamento manicomial e na estratégia de redução de danos, pautas do Movimento de Luta Antimanicomial.

Desde a sua origem, o SUS enfrenta uma série de desafios, impostos, sobretudo, pela tentativa de privatização da Saúde no país, segundo a psicóloga e pesquisadora Grasielle Nespoli (CRP 05/28648), especialista em Saúde Pública, para quem todas as dificuldades “derivam da disputa com a lógica privada, mercadológica, que defende políticas sociais residuais, mínimas, para a população, e o crescimento da oferta de serviços pelo mercado”.

Aprofundando a crise na Saúde, o governo interino de Michel Temer, que assumiu a presidência em maio, em um contexto polêmico do

ponto de vista do Estado Democrático de Direito, tem feito mudanças nos ministérios e, com uma pauta conservadora e extremamente voltada para o corte de direitos sociais conquistados nas últimas décadas, vem ocasionando o desmantelamento do SUS e, conseqüentemente, da Política de Saúde Mental.

A questão do financiamento, principal obstáculo ao funcionamento ideal do SUS, segundo Nespoli, agravou-se nessa conjuntura. A partir da chamada “crise fiscal”, uma série de justificativas para os cortes em investimentos sociais é apresentada por aqueles que defendem a privatização da Saúde, como o projeto “Uma Ponte para o Futuro”, apresentado pelo PMDB, partido que agora governa o Brasil.

“O projeto já anuncia que a solução da crise fiscal será ‘dura para o conjunto da população’, que é preciso ‘acabar com as vinculações constitucionais estabelecidas, como no caso dos gastos com a saúde e com a educação’. Daí vem a proposta do orçamento impositivo, do fim dos reajustes automáticos, do orçamento com base zero, o que significa que, a

cada ano, os programas sociais passarão por uma avaliação para julgar sua continuidade ou descontinuidade. Tudo isso ameaça a universalização do direito à saúde”, avalia Nespoli, que coordena o Laboratório de Educação Profissional em Gestão em Saúde (LABGestão) da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV/Fiocruz).

À nona página do projeto “Uma Ponte para o Futuro”, datado de 29 de outubro de 2015, lê-se: “Para isso [atingir o equilíbrio das contas públicas] é necessário em primeiro lugar acabar com as vinculações constitucionais estabelecidas, como no caso dos gastos com saúde e com educação, em razão do receio de que o Executivo pudesse contingenciar, ou mesmo cortar esses gastos em caso de necessidade, porque no Brasil o orçamento não é impositivo e o Poder Executivo pode ou não executar a despesa orçada”.

Diz Nespoli, então: “Com cortes no orçamento e no investimento em projetos sociais, e na saúde em particular, será difícil investir na ampliação da atenção básica, em processos de gestão e projetos formativos condizentes com a reorganização do modelo de atenção e das práticas de cuidado. E o SUS pode acabar sendo um mecanismo de governo da vida que garante o mínimo de um padrão de saúde para que a população continue a se submeter a ordem capitalista hegemônica que, contraditoriamente, é produtora de doenças e agravos”.

Para o presidente do Sindicato dos Psicólogos do Estado do Rio de Janeiro (SINDPSI-RJ), Marinaldo Santos Silva (CRP 05/5057), o “desmantelamento das políticas públicas reflete o quadro político que estamos vivendo hoje, com o Poder Executivo sendo corrompido pelas novas formas neoliberais de priva-

tização que são as Organizações Sociais (OS) na Saúde”.

Entidades gerenciadoras de direito privado contratadas pelas secretarias de Saúde, as chamadas OSS (Organizações Sociais de Saúde) retiram a administração direta dos hospitais sobre seus serviços com o argumento do discurso neoliberal de que isso melhoraria a gestão porque aproximaria o modelo da iniciativa privada. No entanto, esse paradigma acaba tratando a saúde como um modelo de negócios. “A defesa da saúde como um direito de cidadania é completamente contrária à perspectiva que defende a saúde como uma mercadoria que deve ter sua oferta regulada pelos mercados privados”, afirma Nespoli.

“O SUS precisa ser defendido, porque a saúde tem que ser reconhecida como um direito”, diz psicóloga especialista em Saúde Pública

Criado pela Constituição Federal de 1988 e regulamentado pelas Leis n.º 8080/90 e n.º 8.142/90 (Leis Orgânicas da Saúde), o SUS representa “uma grande conquista da sociedade brasileira, um projeto que mostra tanto a importância como a possibilidade de se constituir um sistema público de saúde”, segundo Nespoli. “O SUS é uma referência para muitos países. O Brasil é o único país do mundo, com mais de 100 milhões de habitantes, que tem um sistema de saúde público e gratuito”, destaca a pesquisadora.

A situação da Saúde em um país com uma população de mais de 200 milhões de habitantes, como

o Brasil, “é caracterizada por uma significativa desigualdade no padrão de adoecimento e morte: morrem mais jovens negros que brancos, mais pobres que ricos, mais no norte e nordeste do que no sul e no sudeste”, afirma ela. “Diante desse cenário é fundamental a organização de um sistema público de saúde e a implementação de políticas públicas que visem à redução das iniquidades”, completa.

Em artigo intitulado “Os limites do SUS”, publicado em 30 de maio último, o médico Drauzio Varella afirma que “nossos programas gratuitos de vacinações, transplante de órgãos e de distribuição de drogas anti-HIV são os maiores do mundo” e seu sucesso “se deve ao fato de serem universais”. “Do abastado ao humilde, qualquer brasileiro pode vacinar os filhos na unidade de saúde, receber transplante de fígado pelo SUS e os medicamentos para a Aids, como se vivesse na Noruega”, escreveu o médico.

Segundo Varella, no referido texto, “o paradoxo é que de um lado as políticas públicas que deram bons resultados são as universais; de outro, a falta de recursos orçamentários, de gerenciamento competente e a praga da corrupção impõem aos dependentes do SUS uma assistência médica de difícil acesso, imprevisível e, muitas vezes, de baixíssima qualidade”. Ele defende ainda que, “se as verbas destinadas à saúde são insuficientes, quanto menos utilizarem os serviços do sistema único os brasileiros que podem pagar por eles, mais recursos sobrarão para atender os que contam apenas com o SUS”.

Em consonância com a publicação citada, em que afirma que “políticas públicas destinadas exclusivamente aos mais pobres estão fadadas ao fracasso”, Varella escreveu, há cinco anos, artigo intitulado “Reflexões sobre políticas pú-

blicas de Saúde” (site “Dr. Drauzio”, 24/04/2011), no qual afirma que “os programas de vacinação e de tratamento da Aids deram certo porque servem a pobres e ricos”, sendo ambos referências mundiais.

“O SUS comporta uma vasta e complexa rede hierarquizada e regionalizada de serviços de saúde, públicos e privados, que funcionam com diferentes lógicas e dispositivos de gestão. Enquanto o sistema suplementar cobre cerca de 40 milhões, o SUS atende cerca de 140 milhões de brasileiros. Isso mostra a grandeza e a importância da rede pública de saúde”, ressalta Nespoli. “Os avanços do SUS são evidenciados pelo crescimento no número de procedimentos realizados, pelo aumento de cobertura dos serviços de saúde decorrentes do processo de descentralização e municipalização”, completa.

Os principais obstáculos ao funcionamento ideal do SUS, segundo a especialista, são “o subfinanciamento, a permanência de uma racionalidade normativa e gerencialista, com a alta carga burocrática de trabalho, com a precariedade das condições de trabalho, com um modelo de formação profissional que reforça a lógica biomédica, especialista, que promove um cuidado fragmentado e não integral”. No entanto, a maior ameaça ao SUS é o subfinanciamento – “ou, mais do que isso, do desfinanciamento”, em suas palavras – que se evidenciou, sobretudo, a partir de 2008, uma vez que os demais problemas são evidentemente intensificados pela falta de recursos.

“Com a suspensão da CPMF [Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira] em 2007 e a rejeição da proposta Emenda Popular Saúde + 10, que defende o investimento de 10% das receitas brutas da união para a saúde, houve um comprometimento do financiamento



Ato público em defesa do SUS no centro do Rio em 2011

CAPA

do SUS. Hoje o gasto com a saúde equivale aproximadamente 8% do PIB, sendo que, desta porcentagem, o setor privado recebe mais que o público”, explica Nespoli. “O pagamento da dívida pública equivale a mais do que é destinado à saúde pública, por isso também é preciso solicitar uma auditoria da dívida pública. A questão do financiamento é importante porque mostra qual é a prioridade do Estado”, destaca.

Fruto de muita pressão de militantes da Saúde, a Emenda Constitucional nº. 29 (Piso Constitucional de Aplicação em Saúde), de 2000, não garantiu um aumento suficiente dos recursos para a área, segundo a especialista, que aponta que, para o Brasil alcançar o nível de outros países que possuem sistema público universal, seria preciso dobrar os gastos com Saúde. “Para chegarmos ao mesmo patamar que países como o Reino Unido, França, Canadá e Espanha, seria preciso que os 8% do PIB fossem todos destinados à Saúde pública. Seria preciso aprovar, e não rejeitar, a Emenda Popular Saúde + 10”, defende.

“Os executivos contrários a um SUS 100% público vêm, há muito, tentando privatizá-lo via terceirizações como as cooperativas e ONG’s [organizações não governamentais], em tempos idos. Como os sindicatos conseguiam judicialmente bloquear as terceirizações e o modelo já se apresentava desgastado, surgiram as OS como novo modelo de privatização”, explica Marinaldo. “Uma vez que o STF considerou que as OS podem ser utilizadas como modelo de privatização dos serviços através dos equipamentos administrados, o concurso público ficará cada vez mais escasso, tornando o servidor público uma classe em extinção”, completa o presidente do SINDPSI-RJ.

Do ponto de vista do exercício profissional, ele ressalta que, “devido à precarização, há uma grande rotatividade da mão de obra, criando dificuldades de se estabelecer vínculos duradouros com o paciente [da Saúde Mental]”, o que prejudica o trabalho do psicólogo, que “não avança como deveria”, de acordo com o sindicalista.

Apesar de todos os obstáculos – e por causa deles –, é fundamental mostrar que o SUS é “um projeto de resistência”, diz Nespoli. “O SUS precisa ser defendido, pois a saúde tem que ser reconhecida como um direito. Essa foi a grande conquista no marco constitucional e em todo o arcabouço legal que organiza o SUS. O direito à saúde implica o direito à vida”, encerra.

LUTA ANTIMANICOMIAL SAI FORTALECIDA APÓS MOBILIZAÇÕES CONTRA A NOMEAÇÃO DE VALENCIUS PARA A COORDENAÇÃO DA SAÚDE MENTAL

Quando o então ministro da Saúde, Marcelo Castro, anunciou que o médico psiquiatra Valencius Wurch Duarte Filho assumiria a Coordenação de Saúde Mental, Álcool e Outras Drogas do Ministério da Saúde, no final de 2015, teve início no país uma série de protestos, organizados por militantes da Luta Antimanicomial, profissionais de saúde, acadêmicos, funcionários do sistema público de Saúde Mental, usuários e seus familiares, que, bradando “Fora Valencius!”, pediram a Castro que recuasse na nomeação.

A intensa oposição a Valencius, que assumiu a referida pasta em dezembro, deveu-se ao fato de ele ter sido, a partir de 1994, diretor técnico da Casa de Saúde Dr. Eiras de Paracambi, na Baixada Fluminense, que, considerada o maior manicômio particular da América Latina, teve suas portas fechadas em 2012 após anos de denúncias de graves violações de direitos humanos contra pacientes.

Por meio da Lei Federal nº. 10.216/2001, foi instituída, há 15 anos, a Política Nacional de Saúde Mental, com o objetivo de proteger e garantir os direitos das pessoas acometidas por transtornos mentais e redi-

recionar o modelo assistencial em Saúde Mental, determinando seu atendimento fora dos hospitais e enfatizando a necessidade de sua reabilitação psicossocial.

Este marco regulatório teve origem no projeto de lei nº. 3657/1989, que Valencius criticou publicamente, em entrevista ao *Jornal do Brasil*, no período em que dirigiu a Casa de Saúde Dr. Eiras, afirmando serem os fundamentos do referido PL “de caráter ideológico, e não técnico, e se baseiam em situações ultrapassadas” (“Médico critica lei que extingue manicômios”, *JB*, 07/06/1995).

Assumidamente contrário à Reforma Psiquiátrica que, entre outros pontos, determinou o fechamento progressivo dos hospitais psiquiátricos no país e a instalação de serviços substitutivos que garantam a liberdade e a reintegração social dos usuários, como os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), Valencius representaria um verdadeiro retrocesso se permanecesse à frente da coordenação de Saúde Mental, como defendem pessoas e entidades ligadas à causa no Brasil.

“Desde o início efetivo do SUS [Sistema único de Saúde, criado pela Constituição Federal de 1988] e do processo de implementação dos novos serviços de atenção psicossocial, em substituição aos hospitais psiquiátricos, na década de 1990, e mesmo em governos conservadores, como foram os de Fernando Collor e Fernando Henrique Cardoso, tivemos coordenadores de Saúde Mental identificados com o processo de Reforma Psiquiátrica. A indicação de Valencius, com um perfil de prática pública identificado com o pior da psiquiatria manicomial, quebrou essa tradição”, afirma o psicólogo Eduardo Mourão (CRP 05/32652), importante liderança dos movimentos de defesa da Re-

forma Psiquiátrica e Luta Antimanicomial no país.

“Sua nomeação por um ministro da Saúde sem nenhuma ligação orgânica e identidade com as lutas do SUS e da Reforma Psiquiátrica fez acender a luz vermelha do risco dentro do movimento”, completa Mourão, referindo-se ao então ministro Marcelo Castro, que não voltou atrás na nomeação, mas foi exonerado do cargo em 14 de abril. Menos de um mês depois, em 9 de maio, Valencius também foi exonerado da coordenação-geral da Saúde Mental.

Antes disso, entretanto, foi necessária uma luta intensa. Além dos protestos que tomaram as ruas do Rio de Janeiro e de outras regiões do país, ativistas da Luta Antimanicomial ocuparam, de dezembro a abril, a sala da coordenação da Saúde Mental, na sede do Ministério da Saúde, em Brasília (DF), para pressionar Castro a voltar atrás na nomeação de Valencius.

Durante esse período, foram organizados diversos abaixo-assinados, audiências e passeatas, em Brasília e nas principais capitais do país. No Rio de Janeiro, a Frente em Defesa do SUS e da Reforma Psiquiátrica reuniu centenas de pessoas em manifestações e duas audiências públicas na Assembleia Legislativa (ALERJ). O maior ato ocorreu em frente à sede do Ministério da Saúde em 14 de janeiro, que reuniu pessoas ligadas a mais de 600 entidades e movimentos que atuam na luta antimanicomial, em caravanas que saíram de São Paulo, Rio de Janeiro, Goiás, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Pernambuco, além do próprio Distrito Federal.

Embora a queda de Valencius simbolize uma vitória, a luta em defesa da Reforma Psiquiátrica e do SUS público e gratuito transcende sua



ARQUIVO CRP-RJ

CAPA

exoneração, uma vez que envolve o reconhecimento da Saúde como um direito fundamental de todos, e não apenas daqueles que podem pagar por ela. E “os psicólogos têm muito a contribuir” nessa luta, segundo Nespoli. “A inserção da psicologia no SUS ocorre de muitas formas e em diferentes lugares: na gestão, na formação e no cuidado. Sabemos da importância política e ética dos profissionais de Psicologia, tanto na organização e participação em movimentos sociais contrários à mercantilização e à medicalização da vida, como no cotidiano das instituições formadoras e dos serviços de saúde”, destaca a especialista.

Após ter sido lançada, em âmbito nacional, a Frente Parlamentar em Defesa da Reforma Psiquiátrica e da Luta Antimanicomial, no dia 6 de abril, na Câmara dos Deputados, com a adesão de cerca de 270 parlamentares, para fiscalizar as políticas públicas e ações governamentais

relativas à temática e debater as propostas legislativas de aperfeiçoamento da Reforma Psiquiátrica no território nacional, também foi lançada, no âmbito estadual, em 18 de maio último, Dia Nacional da Luta Antimanicomial, frente homônima, na ALERJ, com o objetivo de promover direitos das pessoas com transtornos mentais e humanizar seus tratamentos, avançando na Reforma Psiquiátrica no Rio de Janeiro. Ambas as frentes são suprapartidárias.

No mesmo dia, houve um ato, no Centro do Rio, evidenciando, mais uma vez, a força do movimento antimanicomial. “Em todas essas lutas e mobilizações, os usuários e familiares participaram de forma massiva e atuante. Assim, apesar da conjuntura política desfavorável, o próprio processo de luta nos levou a conquistas importantes dentro do movimento antimanicomial e junto a seus aliados”, afirma Mourão. ●



CELEBRAÇÃO DO DIA DA LUTA ANTI-MANICOMIAL OCUPA O CENTRO DO RIO

LUTA ANTIMANICOMIAL

O dia 18 de maio, celebrado em todo o país como Dia da Luta Antimanicomial, marcou não apenas décadas de militância, mas, principalmente, foi uma data de alegria e descontração no Centro do Rio de Janeiro. O Ato pela Luta Antimanicomial ocupou o Largo da Carioca com apresentações de música, poesia, teatro e outras manifestações artísticas de usuários, psicólogas (os) e demais profissionais de Saúde Mental em prol de uma sociedade sem manicômios e contra todas as formas de criminalização da loucura.

O Ato foi oficialmente aberto por volta das 13h com a apresentação de um psicodrama coordenado pela psicóloga e colaboradora do CRP-RJ Paula Smith (CRP 05/35667). Nessa atividade, o público foi convidado a se expressar livremente caso ocupasse a Presidência da República.

A tarde seguiu com muitos discursos de usuários dos serviços de Saúde Mental, familiares, psicólogas (os) e outros profissionais que atuam na defesa do Sistema Único de Saúde (SUS) e da Reforma Psiquiátrica.

A conselheira-presidente do CRP-RJ, Janne Calhau Mourão (CRP 05/1608), ressaltou a importância da participação do Conselho e das (os) psicólogas (os) na Luta Antimanicomial, na defesa da Reforma Psiquiátrica e do SUS público e de qualidade.

Marcaram presença também o conselheiro-tesoureiro do CRP-RJ, Alexandre Trzan Ávila, (CRP 05/35809), e a assessora de políticas públicas do Conselho, Fernanda Haikal (CRP 05/34248).

FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DA REFORMA PSIQUIÁTRICA É LANÇADA NO RIO

O Dia da Luta Antimanicomial começou agitado com a sessão de lançamento da Frente Parlamentar em Defesa da Reforma Psiquiátrica e da Luta Antimanicomial, ocorrida na manhã de 18 de maio na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ).

Presidida pelo deputado estadual André Ceciliano (PT), a Frente é composta também pelos deputados

Chiquinho da Mangueira (PMN), Jair Bittencourt (PP), Jânio Mendes e Luiz Martins, ambos do PDT, e Marcelo Freixo e Flávio Serafini, ambos do PSol.

A proposta da criação da Frente, que partiu do deputado estadual Cesar Valduga (PCdoB), é a de humanizar o tratamento de pessoas com transtornos mentais, dependentes químicos e alcoolistas, avançando no processo de Reforma Psiquiátrica em nosso estado.

Durante a solenidade, foi prestada ainda uma homenagem à Associação Maluco Sonhador, composta por usuários, familiares e amigos da Saúde Mental de Paracambi, que recebeu o Título de Utilidade Pública.

Marcou presença na sessão o psicólogo Eduardo Mourão Vasconcelos (CRP 05/32652), importante liderança dos movimentos de defesa da Reforma Psiquiátrica e da Luta Antimanicomial no país. O CRP-RJ foi representado pela psicóloga e colaboradora Gina Ferreira. ●

“PENSÃO MARGARIDAS”

POR JOSÉ NOVAES

“Pensão Margaridas”
De João Vasconcelos
Ano 2015
Editora Ponto Vital
Rio de Janeiro

Em “Pensão Margaridas”, João Vasconcelos descreve sua passagem por clínicas para tratamento de “doentes mentais” – entre os quais dependentes químicos, como era o seu caso. Seu tempo maior de internação foi na “Pensão Margaridas”, no Jardim Botânico, Zona Sul da cidade do Rio de Janeiro, onde esteve em duas ocasiões. Somando os períodos de internação, o autor esteve internado por cerca de três anos.

No breve prefácio, Ivan Junqueira, conhecido homem de letras, poeta e tradutor, diz: “(...) trata-se, acima de tudo, de um pungente, autêntico e dramático libelo – ao qual, curiosamente, não falta às vezes uma dose de humor – contra o arrogante (e amiúde desumano) tratamento que se dá aos doentes mentais (ou supostos de sê-lo) na avassaladora maioria das instituições que neste país – e talvez no mundo inteiro – se dispõe a ‘curá-los’, quase sempre com base no lucro financeiro ou naquela discutível conclusão da Organização Mundial da Saúde de que ‘a dependência de drogas é doença clinicamente incurável’” (p. 7).

É um relato assustador; não é de pessoa com formação em qualquer das áreas profissionais com as quais teve contato – médicos, psiquiatras, psicólogas, ajudantes e colaboradores diversos –, mas, por isso mesmo, reveste-se da pureza e da autenticidade de quem sofreu, no corpo e no espírito, as terríveis situações descritas, escapando dos vieses inevitavelmente criados pela formação

acadêmica e pela experiência profissional, acima referenciadas.

João Vasconcelos apresenta, de modo simples, porém impactante, o ambiente em que se encontra: os internos, as regras e obrigações – “Para todas as ações individuais e coletivas, havia normas disciplinares” (p. 24) –, os remédios que era forçado a tomar. Eis como descreve o que parece ter sido sua primeira situação de medicação após a chamada de um auxiliar: “Minha gente, vamos lá, minha gente: é hora de medicação, é hora de medicação... Chegou a minha vez, e a auxiliar abriu e espremeu um frasco inteiro de ‘Haldol’ gotas dentro do meu copo, e com a mistura com água mandou que engolisse vários outros comprimidos... sempre soube que se tomavam remédios em doses, e não em frascos inteiros... E já ia me retirando, quando a moça falou: - João, mas falta a homeopatia... É o LSD, LSD homeopático... E exclamei: - Eu nunca vi homeopático nesta quantidade! E a moça com educação prosseguiu: - De acordo com a experiência da dra. Magda e conforme estudos realizados, a medicação homeopática tem maior eficácia se tomada em altas doses... Como parecia não haver alternativas, uni as mãos formando uma concha, onde a auxiliar derramou cerca de uma centena de pílulas adocicadas, que fui mastigando e engolindo como podia...” (p. 25-27).

Relatos de situações como essa se sucedem, e os interesses que de-

terminam a existência e as práticas da instituição logo se tornam claros – como os interesses econômicos e financeiros, de lucro. Um dos internados, Igor, que o autor descreve vividamente, diz: “Gente, entrar aqui na Pensão é fácil, muito fácil; o difícil é sair: basta que a família tenha dinheiro, ou imóvel para ser vendido, para poder arcar com as despesas de um tratamento em longo prazo... Os médicos procuram logo saber dos recursos da família e se apressam em emitir o diagnóstico padrão: esquizofrenia-paranoide. Atemorizada e aterrorizada com o laudo, a família sofre sério abalo, quando resolve, a partir desse momento difícil, arcar com os pesados custos para a recuperação de seu menino ou menina... A dra. Magda costuma declarar à minha mãe: ‘Com mais dois anos de tratamento, Igor ficará curado! A partir de que bases racionais pode a médica afirmar isto? A partir de que bases? As bases certamente são financeiras, vocês concordam?’” (p. 44-45).

Não é leitura fácil: parecem recordações de uma casa de horrores, uma casa de mortos. Ao lê-las, imediatamente as relacionamos com o Movimento de Luta Antimanicomial e sua campanha vitoriosa com a Lei da Reforma Psiquiátrica para a desospitalização do tratamento mental com a consequente retirada dos equipamentos – os hospícios, clínicas como a Pensão Margaridas – como centrais neste tratamento.

Boa leitura! ●



PSICOLOGIA ESCOLAR E EDUCACIONAL NO ESTADO DO RIO: UM CAMPO EM CONSTRUÇÃO

A Comissão de Psicologia e Educação do CRP-RJ (COMP-SIEDUC) está a todo vapor. Este ano, ela promoveu um seminário para problematizar a Psicopedagogia, lançou o livro “Conversações em Psicologia e Educação”, articulou a criação da primeira representação da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional (ABRapee) no estado do Rio e ainda sediou a reunião do Fórum sobre Medicalização da Educação e da Sociedade.

II SEMINÁRIO PSICOLOGIA NAS ESCOLAS

Com o objetivo debater a Psicopedagogia e sua relação com a Psicologia e a Educação no estado do Rio, a COMP-SIEDUC promoveu, nos dias 24 e 25 de junho, o II Seminário Psicologia nas Escolas, que buscou colocar em análise as práticas que são produzidas pela Psicologia nos diversos espaços em que é convocada a atuar. O evento reuniu mais de 250 participantes na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), na capital.

Além de três mesas de debates, a programação do evento contou também com a atividade “Partilhando experiências em Psicopedagogia e Psicologia Escolar/ Educacional”, na qual as (os) participantes debateram suas práticas cotidianas a partir dos três eixos temáticos: Eixo 1 – Psicopedagogia e Formação, Eixo 2 – Psicopedagogia e Fracasso Escolar e Eixo 3 – Psicopedagogia e Psicologia Escolar.

“Este ano, além da parceria com a UFRJ [Universidade Federal do Rio de Janeiro] e o Sindicato de Psicólogos, ampliamos o debate convocando a Escola de Educação da UNIRIO, a UFF [Universidade Federal Fluminense] e a

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)”, destaca Helena Rego Monteiro (CRP 05/24180), conselheira-presidente da COMP-SIEDUC.

Para Helena, o ponto alto do II Seminário foi a participação do público, que trouxe muitas inquietações sobre a inserção da Psicopedagogia. “Podemos constatar que a Psicologia vem permeando espaços formativos e legitimando práticas especialistas para atender crianças e jovens encaminhados pelas escolas por terem problemas de comportamento e de aprendizagem. Entretanto, precisamos sustentar questões como: que lugar a Psicopedagogia tem ocupado no desenho curricular da formação de psicólogos e professores? Que explicações estão sendo produzidas para as dificuldades escolares? Que mercadorias, que mercados, estão sendo engendrados? Que especialistas são convocados a intervir com as crianças que ‘fracassam’ na escola?”, questiona.

Ainda durante o evento, foi exibido o filme “Medicalização da Vida Escolar”, produzido por Helena em 2006 e disponível em nosso canal no Youtube. “Para mim, foi muito gratificante ver que este filme, feito há dez anos, continua atual, servindo como importante dispositivo para debates e reflexões sobre o tema em todo o país”, afirmou a conselheira do CRP-RJ.

A cobertura completa de cada atividade do evento está disponível em nosso site pelo link: www.crprj.org.br/site/ii-seminario-psicologia-nas-escolas-reune-250-profissionais-no-rio-de-janeiro/.

Mesas redondas fomentam importantes debates durante o II Seminário de Psicologia nas Escolas

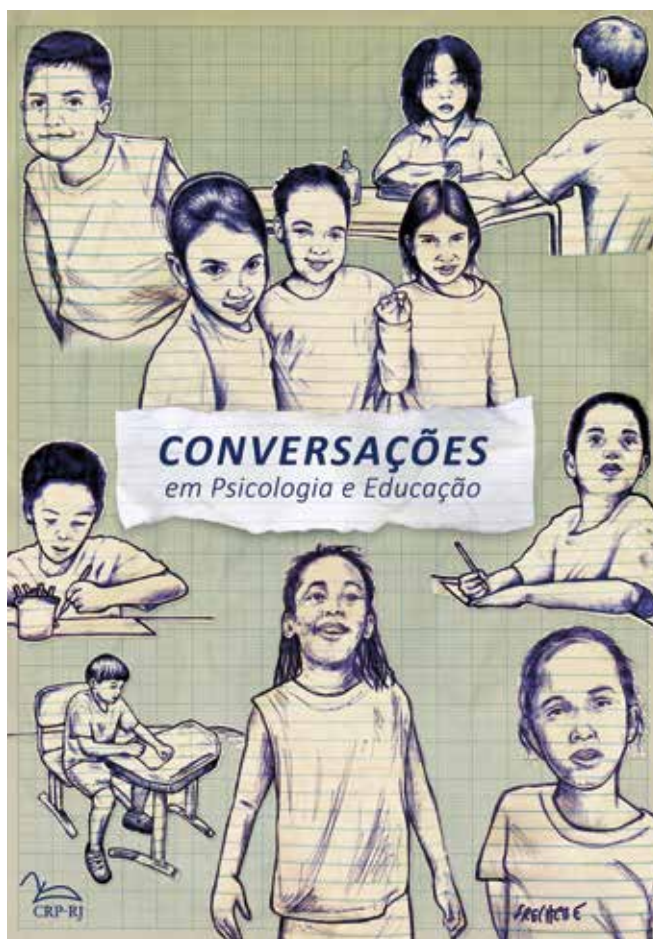
FOTOS: ARQUIVO CRP-RJ



LIVRO "CONVERSÇÕES EM PSICOLOGIA E EDUCAÇÃO"

O livro "Conversações em Psicologia e Educação" foi lançado no II Seminário Psicologia nas Escolas e teve como finalidade continuar as discussões iniciadas em 2006, quando o tema foi pautado no II Seminário de Psicologia e Direitos Humanos, somadas às importantes contribuições das psicólogas Katia Faria de Aguiar e Marisa Lopes da Rocha, que colaboraram em diversos eventos produzidos pelo CRP-RJ ao longo dos anos.

Os capítulos que compõem este livro configuram-se como resultado das ações e das discussões promovidas pela COMPSIEDUC empreendidas no ano de 2015. A primeira parte é composta por cinco capítulos e contém o conteúdo das falas apresentadas no "I Simpósio da Região Serrana: Medicalização da Educação, da Saúde e da Sociedade" promovido, em fevereiro de 2015, em Petrópolis, pela Comissão Gestora da Subseção do CRP-RJ na Região Serrana em conjunto



Capa do livro "Conversações em Psicologia e Educação" com ilustrações cedidas pelo artista Alex Frechette, que, durante o evento, apresentou a exposição "Diários de Escola"



Reunião do Fórum sobre Medicalização da Educação e da Sociedade acontece na UniRio em Janeiro de 2016 com representantes de todo o país

com a COMPSIEDUC, o Fórum sobre a Medicalização da Educação e da Sociedade, a Faculdade de Medicina de Petrópolis, a Faculdade Arthur Sá Earp Neto (FMP/FASE) e a Liga de Saúde Mental.

A segunda parte do livro, composta por dez capítulos, emergiu dos debates que ocorreram durante o “I Seminário Psicologia nas Escolas: o que o professor demanda e o que a Psicologia produz?”, promovido pela COMPSIEDUC em conjunto com o Instituto de Psicologia e a Faculdade de Educação da UFRJ e o Sindicato dos Psicólogos do Rio de Janeiro. O evento aconteceu nos dias 22 e 23 de maio de 2015 e teve como objetivo principal problematizar as relações entre a Psicologia e a Educação. A partir das discussões dos três eixos temáticos do evento (Eixo 1 – A Psicologia na formação de professores; Eixo 2 – A formação do psicólogo escolar, e Eixo 3 – A pro-

dução da queixa escolar), foi construído um relatório que foi apresentado no XII Congresso Nacional de Psicologia Escolar e Educacional (CONPEE), realizado entre 24 a 27 de junho de 2015, em São Paulo.

O livro será oferecido gratuitamente às (aos) psicólogas (os) interessadas (os) e está disponível no CRP-RJ. Basta enviar um e-mail à Coordenação Técnica do CRP-RJ (cotec@crprj.org.br) e solicitar um exemplar!

FÓRUM SOBRE MEDICALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO E DA SOCIEDADE

A primeira reunião do Fórum em 2016 aconteceu na UNIRIO, localizada na Zona Sul do Rio de Janeiro. O CRP-RJ, que integra o Fórum desde a sua fundação, em 2010, marcou presença no encontro, que contou também com a participação de representantes do da UNIRIO, da

UFRJ, da UFRRJ, da UFF, do Sindicato dos Psicólogos, do Ministério da Saúde, dos Núcleos Bahia e Distrito Federal do Fórum, entre outras instituições.

Entre as muitas conquistas obtidas pelo Fórum, foi comemorada, durante a reunião, a mais recente publicação do Ministério da Saúde: “Recomendações para a Prevenção da Medicalização da Infância”, disponível no portal do Ministério da Saúde: <http://portalsaude.saude.gov.br/>.

As recomendações do Ministério da Saúde, encaminhadas a todas as Secretarias Estaduais e Municipais de Educação do país, receberam apoio também do CONANDA (Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente).

“ESCOLA SEM PARTIDO OU EDUCAÇÃO SEM LIBERDADE?”, QUESTIONAM PROFESSORAS



No dia 30 de junho, a Câmara Municipal do Rio de Janeiro, na Cinelândia, ficou lotada de professores, estudantes, profissionais da área de educação e outros interessados em debater o Projeto de Lei “Escola Sem Partido” (PL 867/2014) em audiência pública sobre o tema, convocada pela Comissão Especial de Políticas Públicas para Juventude da Câmara, presidida pelo vereador Reimont (PT).

Proposto pelo vereador Carlos Bolsonaro (PSC), o projeto foi colocado para votação em 2014 na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (ALERJ) e na Câmara Municipal dos Vereadores. Em 2015, parecer contrário ao PL foi emitido pela Comissão de Defesa dos Direitos Humanos da Câmara, presidida pelo vereador Jefferson Moura.

“Escola sem partido ou educação sem liberdade?”, questionou a psicóloga Giovanna Marafon (CRP 05/30781), professora da Faculdade de Educação da Baixada Fluminense (FEBF) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), enquanto discursava, ao lado de outros professores, na mesa em que o PL foi duramente criticado na audiência.

Segundo a docente, a intenção do PL “Escola sem partido” é “neutralizar algumas forças políticas em detrimento de outras, neutralizar forças contestatórias, críticas, fruto de pesquisas e discussões contemporâneas em ciências humanas e sociais, nos estudos de gênero e sexualidade, de raça e etnia”, e para isso, o mesmo “alega que tais discussões são privativas de algum partido

político, ou seja, de quem se filia de modo partidário a alguma luta ou questão”.

“Discutir gêneros e sexualidades não tem como condição estar vinculado a um partido! Discutir gêneros nas escolas hoje é algo que acontece nas salas de aula, nos pátios, nas reuniões, onde as pessoas estão, onde as diferenças aparecem. Diferenças essas explicitadas por uma sociedade que produz desigualdade de gênero, violência contra a diversidade sexual, preconceitos, misoginia e LGBTfobia”, explica Marafon.

Para ver a íntegra dessa matéria, acesse: <<http://www.crprj.org.br/site/escola-sem-partido-ou-educacao-sem-liberdade-questiona-psicologa-em-audiencia-sobre-pl/>> ●

V FÓRUM INTERMUNICIPAL DE PSICOLOGIA ESCOLAR ACONTECE EM ITAGUAÍ

O CRP-RJ esteve presente no V Fórum Intermunicipal de Psicologia Escolar, que aconteceu no dia 21 de junho no auditório da Prefeitura de Itaguaí e teve como tema “Violências e seus atravessamentos no cotidiano da Psicologia Escolar”. O objetivo do Fórum, organizado por psicólogas da Equipe de Psicologia Escolar de Itaguaí, foi promover o intercâmbio teórico-prático entre psicólogas (os) escolares que atuam na Educação Básica de diferentes municípios do Rio de Janeiro.

Estiveram presentes no evento Elissandra Vasconcelos (CRP 05/43791), Gabriela Ribeiro (CRP 05/43294) e Melissa Travassos (CRP 05/41695), psicólogas da Equipe de Psicologia Escolar de Itaguaí, além de Marinaldo Santos Silva (CRP 05/5057), presidente do Sindicato dos Psicólogos do Estado do Rio de Janeiro e integrante da Comissão de Psicologia e Educação do CRP-RJ, e Francisco Portugal (CRP 05/19783), psicólogo e professor da UFRJ.

Veja a notícia completa em nosso site
<http://www.crprj.org.br/site/v-forum-intermunicipal-de-psicologia-escolar-acontece-em-itaguaí/>

Janne Calhau entrega
a Medalha Chico Mendes
a Hamilton Borges dos
Santos



ENTREGA DA 28ª MEDALHA CHICO MENDES ACONTECE NO RIO

A cerimônia de entrega da Medalha Chico Mendes de Resistência mais uma vez emocionou o público no dia 1º de abril no auditório da OAB-RJ, no Centro do Rio. Promovida pelo Grupo Tortura Nunca Mais (GTNM-RJ) desde 1989, a cerimônia chegou à sua 28ª edição reverenciando personalidades que no passado e no presente se destacam pelas lutas de resistência e enfrentamento a qualquer ato de violência institucional e violação de Direitos Humanos.

A cerimônia contou com a apresentação do Coral NheengarEcoporanga, regido pelo maestro Carlos Eduardo Fecher, que apresentou canções e hinos que marcaram importantes momentos históricos da militância em nosso país.

O CRP-RJ, apoiador do GTNM-RJ na concessão da Medalha Chico Mendes, marcou presença, representado pela conselheira e então vice-presidente, Marília Alvares Lessa (CRP 05/1773), e pela conselheira-presidente da Comissão Regional de Direitos Humanos (CRDH), Janne Calhau Mourão (CRP 05/1608), atual presidente do CRP-RJ.

A presidente do GTNM-RJ, Victória Grabois, abriu o ato demonstrando profunda preocupação com o atual momento histórico, político e econômico do nosso país. “Nós, do GTNM-

-RJ, denunciemos o processo de fascitização em andamento no Brasil. Denunciamos também as ações do Estado brasileiro e seu aparato político”. Ainda segundo ela, “a tortura que, no passado era dirigida a quem se opunha ao sistema, hoje é generalizada, tendo como alvo os pobres, os negros, os favelados e os moradores das periferias das grandes cidades brasileiras”, pontuou Victória.

Em seguida, ela prestou homenagem aos militantes recentemente falecidos, entre eles, o psicólogo Marcus Vinícius de Oliveira Silva, assassinado em fevereiro quando mediava conflitos por disputa de terras na Bahia.

Foram homenageadas também as seguintes personalidades:

- Operários da Construção Naval de Niterói e São Gonçalo torturados pela ditadura civil-militar (1964-1985).
- Izildete Santos da Silva – moradora de Queimados e mãe de Fábio Eduardo Santos de Souza, desaparecido desde 2003 após ser abordado por policiais militares na própria comunidade.
- Djanira Krenak, representante do povo indígena Krenak, vítima de perseguições e torturas durante a

ditadura civil-militar brasileira.

- Hamilton Borges dos Santos, fundador da Campanha Reaja ou Será Morto, Reaja ou Será Morta.
- Movimento de Ocupação dos Estudantes Secundaristas de São Paulo.
- Kenarik Boujikian, co-fundadora da Associação Juizes para a Democracia.
- Berta Cárceres, líder indígena, defensora dos movimentos camponeses e indígenas de Honduras, assassinada em março.
- Paulo César Pinheiro, compositor de mais de mil canções que marcaram época e foram interpretadas por grandes nomes como João Nogueira, Elis Regina, Beth Carvalho e Clara Nunes.

HOMENAGENS IN MEMORIAM

- Raul Amaro Nin Ferreira: morto em 1971 por conta das torturas dos agentes militares.
- Jorge Leal Gonçalves Pereira: militante sequestrado em 1970 por agentes do DOI-CODI, estando desaparecido desde então.
- César Augusto Telles: militante do Partido Comunista que, tendo sobrevivido às torturas praticadas por militares no DOI-CODI SP, faleceu em dezembro de 2015. ●

QUE HERANÇA OS JOGOS OLÍMPICOS E PARALÍMPICOS DEIXARÃO PARA A PSICOLOGIA BRASILEIRA?

POR RODRIGO ACIOLI MOURA

COORDENADOR DO EIXO DE PSICOLOGIA, ESPORTE E DIREITOS HUMANOS DA COMISSÃO REGIONAL DE DIREITOS HUMANOS DO CRP-RJ E PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOLOGIA DO ESPORTE - ABRAPESP

Com a proximidade dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos que acontecerão, respectivamente, entre 5 e 21 de agosto e entre 7 e 18 de setembro no Rio de Janeiro, muitas (os) psicólogas (os) pensam sobre o que esperar desses grandes eventos. Na verdade, não só o que esperar do evento, mas também há uma reflexão constante sobre que legado esses jogos deixarão para a cidade e, de modo geral, para o exercício da Psicologia do Esporte.

A Psicologia do Esporte foi reconhecida como uma especialidade da Psicologia a partir da Resolução do CFP nº 013/2007, que esclarece que “a atuação da (o) psicóloga (o) do Esporte está voltada tanto para o esporte de alto rendimento quanto para a identificação de princípios e padrões de comportamento de adultos e crianças participantes de atividades físicas”.

Assim, dentro de uma instituição esportiva, o trabalho da (o) psicóloga (o) vai além de uma simples conversa eventual com a (o) atleta ou equipe técnica. O trabalho da (o) psicóloga (o) deve ser diário e contínuo, nos

treinamentos, nas competições e em diversos outros momentos.

A (o) profissional estuda, identifica e compreende técnicas, métodos científicos e avaliações criteriosas que podem ser aplicadas ao contexto do esporte e do exercício físico tanto em nível individual como grupal (praticantes de atividade física ou equipes esportivas).

A (o) psicóloga (o) pode participar, ainda, de equipe multidisciplinar na preparação de estratégias de trabalho, objetivando o aperfeiçoamento do praticante e do grupo de acordo com suas características individuais e objetivos propostos.

Além dessa atuação mais óbvia, no esporte de alto rendimento, a Psicologia do Esporte tem um campo de atuação muito amplo que, às vezes, não é tão facilmente percebido.

O esporte pode ser determinante na vida de qualquer indivíduo em sociedade, porque ele engloba questões relacionadas à saúde e educação, além de aspectos sociais, econômicos, culturais, entre outros.

No esporte, muitas vezes questões políticas, religiosas, étnicas e de gênero aparecem e são confrontadas. Um exemplo seriam as quatro medalhas de ouro conquistadas pelo atleta negro norte-americano Jesse

Owens durante os jogos de Berlin de 1936, nos 100 e 200 metros rasos, no salto em distância e no revezamento 4 por 100 metros, em plena Alemanha nazista. E esse é apenas um exemplo histórico que demonstra a força do esporte como agente motivador de diversas mobilizações e reflexões.

É dentro de todo esse potencial que a Psicologia do Esporte se insere, levando os profissionais a atuar não somente em clubes, confederações e agremiações esportivas, mas também em diversos projetos sociais que incluem o esporte como mola propulsora de diversos objetivos. Como exemplo projetos sociais que requerem o trabalho de psicólogas (os) do Esporte para atuar junto à população em situação de risco e vulnerabilidade social, para quem o esporte pode funcionar, muitas vezes, como um meio de reinserção social. Há também os projetos que fazem uso do esporte para promoção de saúde e/ou potencialização de seu caráter educativo.

Assim, o legado positivo os Jogos Olímpicos e Paralímpicos do Rio 2016 podem deixar para a Psicologia e a sociedade brasileiras é justamente o de levantar a discussão sobre a importância do esporte e da atividade física no desenvolvimento humano e social e sobre a importância da Psicologia como ferramenta para o desenvolvimento do Esporte. ●

PRINCIPAIS ATIVIDADES REALIZADAS PELA COMISSÃO DE ORIENTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO ENTRE 2013 E 2016

A Comissão de Orientação e Fiscalização do CRP-RJ (COF) tem realizado uma série de atividades para orientar e apoiar as (os) psicólogas (os) no exercício da profissão, que deve basear-se no Código de Ética, nas resoluções do CFP (Conselho Federal de Psicologia) e na defesa de uma Psicologia que atenda seus usuários de forma ampla e satisfatória.

Abaixo, seguem as principais ações da COF, no período de setembro de 2013 a maio de 2016, que objetivam manter diálogo constante com a categoria e a sociedade para afirmar o exercício profissional pautado na Ética e na defesa dos Direitos Humanos.

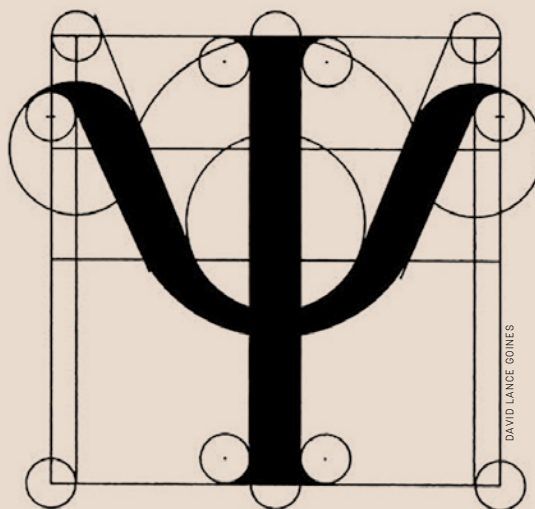
PRINCIPAIS ATIVIDADES DA COF

A COF possui ampla atuação e, dentro de sua rotina de atividades, podemos apontar: a inscrição de Pessoa Jurídica (PJ), renovação do certificado de PJ, mudança de responsabilidade técnica, credenciamento de sites para atendimentos mediados por computador, monitoramento de concursos públicos destinados a psicólogas (os), visita a novos inscritos de PJ e, em caso de mudança de endereço, fiscalização da atividade profissional e fiscalizações conjuntas com outras comissões do CRP-RJ ou outros conselhos profissionais e entidades de defesa dos Direitos Humanos.

Diligências solicitadas pela Comissão de Orientação e Ética do CRP-RJ (COE), a produção de relatórios técnicos e de documentos de orientação à

categoria e à sociedade também estão entre as atividades da COF.

Além disso, esta comissão prioriza um trabalho de orientação por meio de plantões de atendimento à categoria, em que um técnico psicólogo fica disponível de segunda a quinta-feira para atendimento por telefone, e-mail ou presencial, na sede do CRP-RJ.



VISITAS E ATIVIDADES

Com o objetivo de ampliar os canais de diálogo junto a profissionais e estudantes de Psicologia, a COF participou de eventos e visitas às seguintes instituições: IBMR Centro Universitário – *campus* Botafogo e Barra, Universidade Veiga de Almeida (UVA) – *campus* Tijuca, Clínica São Vicente, debatendo “Avaliação Psicológica e elaboração de laudos e pareceres”, e Instituto de Gestalt-Terapia, debatendo o Código de Ética Profissional.

Além disso, foram feitas visitas aos SPAs das seguintes universidades: Universidade Católica de Petrópolis (UCP), Universidade Veiga de Almeida da Tijuca, Universidade Estadual do Rio de Janeiro e Centro Universitário Augusto Motta (UNISUAM) de Bonsucesso.

A COF participou, ainda, dos seguintes eventos: II Edição de “Carreiras e Mercado” da Universidade Católica de Petrópolis (UCP), “Dialogando com o CRP-RJ” sobre Avaliação Psicológica em Campos, eventos comemorativos do Dia da (o) Psicóloga (o) na Universidade Celso Lisboa e na Estácio de Petrópolis, além da Semana de Psicologia da (Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro) UFRRJ e do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJ-RJ).

EVENTOS ORGANIZADOS

A COF promoveu, ainda, diversos eventos para fortalecer o diálogo

EM DEFESA DA SOCIEDADE

Vimos surgir, nos últimos anos, a tentativa de alguns grupos religiosos de associar o ensino e o exercício da Psicologia à prática religiosa. Defendemos, conforme previsto na Constituição Federal, o princípio da laicidade. Isso quer dizer que a escolha de um credo ou religião é individual e livre a todo cidadão. Em função do exercício e ensino ilegal da Psicologia, a COF tem encaminhado alguns casos para a abertura de processo ético e, outros, ao Ministério Público para as ações judiciais cabíveis.

com a categoria. Foram realizados dois encontros com psicólogas (os) do Departamento Geral de Ações Socioeducativas (DEGASE) e outros dois eventos com psicólogas (os) que trabalham com Medida Socioeducativa em meio aberto – todos no formato “Dialogando com o CRP-RJ”. Participamos, ainda, em espaços temáticos de orientação e debate nas Mostras Regionais de Práticas em Psicologia de 2014 e 2015.

FISCALIZAÇÕES

A COF realizou fiscalizações pelo estado do Rio em abrigos de população em situação de rua, de crianças e idosos, em unidades de Saúde Mental, em Comunidades Terapêuticas, em Manicômios Judiciários, em unidades de saúde pública e privada e em equipamentos do Sistema Prisional e Socioeducativo.

ORIENTAÇÕES

A COF ampliou suas atividades de orientação à categoria. Foram prestadas orientações às (aos) profissionais do Departamento de Trânsito do Estado do Rio de Janeiro (DETRAN/RJ) e do DEGASE e também às psicólogas do quadro de reserva do último concurso do TJ-RJ e das (os) profissionais recém concursadas (os) da Secretaria Municipal de Educação do Rio, estas duas últimas em conjunto com o Sindicato dos Psicólogos.

Elaboramos, ainda, documentos de orientação à categoria sobre a acumulação legal de dois cargos de profissional de Saúde para profissional aprovada (o) em concurso público e também sobre a obrigatoriedade de assinatura de documentos produzidos pela (o) psicóloga (o).

A COF participou da elaboração de propostas para alterações ao Projeto de Lei nº 513/2013 (Lei de Execução Penal – LEP), que se encontra no Senado para votação.

PRODUÇÃO DE PARECERES

RELAÇÃO DA (O) PSICÓLOGA (O) EM INSTITUIÇÃO NA PRODUÇÃO DE DOCUMENTO

Em caso de elaboração de documentos produzidos pela (o) psicóloga (o), decorrentes de Avaliação Psicológica, a (o) profissional deve rubricar as laudas, desde a primeira até a penúltima, já que a última deverá ser assinada. Isso vale para toda e qualquer modalidade de documento.

A assinatura de documentos produzidos por psicólogas (os) é de competência e responsabilidade exclusiva dessa (e) profissional, constituindo exercício ilegal da profissão qualquer outra assinatura que não seja da (o) psicóloga (o).

ATIVIDADES DESEMPENHADAS PELA (O) PSICÓLOGA (O) NAS UNIDADES SOCIOEDUCATIVAS DE INTERNAÇÃO

Observa-se total incompatibilidade, diante da legislação em vigor, quando se estabelece que a (o) funcionária (o) psicóloga (o) deva ler as correspondências pessoais de adolescentes internados no Sistema Socioeducativo.

É importante observar que uma das atividades precípuas da Psicologia é o trabalho terapêutico, que se caracteriza pela construção de vínculo e confiança e é baseado no sigilo. Nessa relação, a (o) psicóloga (o), em sua experiência e formação profissional, deve primar por esses princípios. Portanto, nesse processo de troca, compreensão e apoio, a (o) profissional de Psicologia não pode abrir mão da confiança do sujeito atendido.

ACÚMULO DE CARGOS PARA PROFISSIONAIS DE PSICOLOGIA

A Psicologia encontra-se em diversos espaços de atuação: nos consultórios, nas clínicas, nas escolas, nas empresas, nas instituições sociais, nos hospitais, nas instituições de privação de liberdade, nas instituições esportivas, entre outras. Cabe ressaltar que, independentemente do espaço em que se insere, a Psicologia permanece com o seu objetivo maior: a promoção da saúde e a qualidade de vida do sujeito e de sua comunidade.

Tal objetivo pode ser claramente observado nos princípios que regem o Código de Ética, nos conhecimentos científicos que fundamentam as atribuições da (o) psicóloga (o) no Brasil – estabelecidas pelo Ministério do Trabalho e Emprego –, e na Lei nº 5.766/71, que regulamenta a profissão. Tais dispositivos sustentam o reconhecimento das (os) psicólogas (os) como profissionais de saúde, independentemente de sua área ou local de atuação.

PSICÓLOGAS (OS) DA BAIXADA MOVIMENTAM PRÉ- CONGRESSOS REGIONAIS DE PSICOLOGIA

A Baixada Fluminense, um celeiro operário de 4 milhões de habitantes, abrange 13 cidades e se mantém com alguns dos piores índices socioeconômicos do estado do Rio. Considerando o Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM) de 2011, Japeri, Queimados e Belford Roxo estão nas últimas posições. Considerando-se o IFDM – Saúde, Belford Roxo, ocupa a 85ª posição, enquanto Seropédica, Japeri e Queimados amargam o 89º, 90º e 91º lugares, respectivamente.

Cerca de 4 mil psicólogas (os) residem ou atuam na região, que possui cinco Faculdades de Psicologia: a Faculdade de Ciências Médicas e Paramédicas Fluminense (SEFLU) de Nilópolis, a Associação Brasileira de Ensino Universitário (UNIABEU) de Belford Roxo, a Estácio de Nova Iguaçu, a Universidade Federal Rural de Seropédica e a Universidade do Grande Rio (UNIGRANRIO) de Duque de Caxias.

Historicamente, a Baixada tem rica trajetória nas lutas pelos Direitos Humanos, e o CRP-RJ, por meio de sua subsede na região, é uma

demonstração disso, já que sua existência é fruto de amplo movimento das (os) psicólogas (os) que há mais de 25 anos vêm lutando por melhorias na profissão.

Temos expandido nossas ações por meio do Espaço Cine Psi, de seminários, fóruns e visitas às universidades e equipamentos dos serviços da região em parceria com o Centro de Direitos Humanos de Nova Iguaçu e o Sindicato dos Psicólogos. Essas ações vêm aumentando a participação de psicólogas (os) e estudantes em nossas atividades, demonstrando o reconhecimento da categoria com relação às nossas iniciativas.

A expressão desses avanços foi a grande movimentação de profissionais e estudantes nos três Pré-Congressos Regionais de Psicologia que realizamos, em fevereiro e março, em municípios estratégicos da região: Itaguaí, Duque de Caxias e Nova Iguaçu. Esses eventos fortaleceram nossa aproximação com as universidades, favorecendo encontros e fomentando a reflexão sobre a formação em Psicologia, os atravessamentos socioeconômicos da

prática profissional e o campo de estágio e de trabalho para estudantes e psicólogas (os).

Nesses três eventos, foram eleitas (os) 25 delegadas (os) entre os psicólogas (os) e três entre as (os) estudantes, que defenderam as propostas da região no 9º COREP. Das (os) 13 delegadas (os) eleitas (os) no COREP para representar o estado do Rio no Congresso Nacional de Psicologia, em Brasília, estão as representantes da Baixada Viviane Martins (CRP 05/32170) e a estudante Flávia Sena.

Além disso, tiveram início, em abril, as obras de melhorias de infraestrutura da Subsede Baixada (ver página 4), que passará a contar com plataforma elevatória, para garantir acessibilidade, um banheiro no auditório e novo mobiliário, entre outras melhorias.

Acesse a agenda dos próximos eventos na região, consulte o site do CRP-RJ e o facebook da Subsede Baixada!

Comissão Gestora: Mônica Valéria Affonso Sampaio (CRP 05/44523) – presidente; Viviane Siqueira Martins (CRP 05/32170) e Vanda Vasconcelos Moreira (CRP 05/6065) – conselheiras; Jacqueline dos Santos Soares (CRP 05/41408) e Erika Barbosa de Araújo (CRP 05/50040) – colaboradoras; Rogéria Thompson, Flávia Sena, Gabriela B. Santos e Igor Nascimento – estudantes colaboradores

Contatos: subsedeni@crprj.org.br | **Tel.:** (21) 2768-0007 | **Facebook:** Subsede Baixada CRP/RJ. ●

Delegadas (os) eleitas (os) durante Pré-Congresso de Itaguaí



COMISSÃO GESTORA DO NORTE-NOROESTE FLUMINENSE MOBILIZA PROFISSIONAIS DA REGIÃO



Psicólogas (os) movimentam Subsede do CRP-RJ no Norte - Noroeste Fluminense

A Comissão Gestora no Norte-Noroeste Fluminense promoveu, em fevereiro e março de 2016, quatro Pré-Congressos Regionais de Psicologia, ocorridos em Itaperuna, São João da Barra, Campos e Macaé, e nos quais foram eleitas (os) delegadas (os) para representar a região no 9º COREP. Entre as propostas apresentadas, destacou-se a afirmação do Controle Social como meio de avaliação das Políticas Públicas pelas (os) trabalhadoras (es), gestores e usuários. As (os) estudantes de Psicologia apontaram a demanda pela ampliação da sua participação nas decisões tomadas no Sistema Conselhos de Psicologia, incluindo o direito a voto nos Pré-Congressos.

Outras demandas apresentadas foram: a garantia de condições éticas e técnicas de trabalho; a intensificação do acompanhamento dos concursos públicos para psicólogas (os); a interlocução entre o CRP-RJ e os Conselhos Tutelares, as Instituições de Acolhimento, o Judiciário e o Ministério Público, e a ampliação

da participação de psicólogas (os) na construção e aprimoramento das políticas na Educação e a elaboração de moção de apoio ao Projeto de Lei nº 3.688/2000, que prevê a inserção de psicólogas (os) e assistentes sociais na rede pública de Educação Básica.

Outras importantes ações foram concretizadas no âmbito do Controle Social. Nos Conselhos Municipais de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente de Macaé e de Campos, foram eleitos, respectivamente, dois psicólogos para representar o CRP-RJ e os interesses da categoria nesses espaços.

Como resultado da articulação entre a Comissão Gestora, a Seccional Campos do CRESS-RJ, professores da UFF de Campos, psicólogas (os) e assistentes sociais, o Fórum Permanente do Sistema de Atendimento Socioeducativo no Norte e Noroeste Fluminense tem se consolidado por meio de reuniões periódicas.

Esta subsede do CRP-RJ esteve representada na 4ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres em Bra-

sília, entre 10 e 13 de maio, com o objetivo de participar ativamente na construção das políticas públicas que garantam a proteção dos direitos e o empoderamento das mulheres em todas as dimensões da vida.

Em 11 de maio, realizamos o “Dialogando com CRP-RJ: Cinedebate”, com a exibição do filme “DivertidaMente”, seguida de uma discussão sobre a atuação da Psicologia no campo infantil. O debate contou com a presença de profissionais da rede de atendimento público e da área clínica, que falaram de suas práticas ressaltando desafios e aprendizados que permeiam suas atuações.

Ainda no mês de maio, a Comissão Gestora participou de diversas atividades, entre as quais o “VIII Simpósio Interdisciplinar da Faculdade de Santo Antônio de Pádua (FASAP)” e a “II Semana de Luta Antimanicomial Goytacá: resistindo às grades a céu aberto”, promovida pelo Coletivo Antimanicomial Estamira da Universidade Federal Fluminense (UFF) de Campos.

Em comemoração ao dia 18 de maio, Dia Nacional pela Luta Antimanicomial, realizamos, na Subsede do CRP-RJ em Campos, o “Dialogando com o CRP-RJ: Relatos de Experiência em Saúde Mental”.

Em 15 de junho, organizamos o “Dialogando com o CRP-RJ, com o tema “Ética” na Universidade Estácio de Sá de Campos, com a presença de professores e alunos da graduação em Psicologia.

Comissão Gestora: Fátima dos Santos Siqueira Pessanha (CRP 05/9138) – conselheira-presidente; Denise da Silva Gomes (CRP 05/41189) – conselheira; Evelyn Rebouças de Gouvêa (CRP 05/41205), Bianca Miranda Soares (CRP 05/44420) e Jéssica Maciel Viana (CRP 05/49890) – colaboradoras.

Contatos: subsedecampos@crprj.org.br | **Tel.:** (22) 2728-2057 ●

COMISSÃO GESTORA DA REGIÃO SERRANA AMPLIA AÇÕES POLÍTICAS

O último trimestre foi marcado pela realização dos Pré-Congressos Regionais de Psicologia nos municípios de Nova Friburgo, Petrópolis e Teresópolis, mobilizando a categoria da região para a discussão e construção de propostas que foram levadas ao 9º Congresso Regional de Psicologia (COREP), que ocorreu no Rio de Janeiro entre os dias 29 de abril e 1º de maio, com a participação de 15 psicólogas (os) e três estudantes da Região Serrana, eleitos delegados nesses eventos que o precederam.

Nesse período, também realizamos quatro eventos pelo Projeto “CRP nas Universidades”: “Psicologia e Esporte”, na Universidade Estácio de Sá (UNESA) – campus Nova Friburgo; “Corpos Impertinentes: Discutindo Sexualidade e Gênero” e “Psicologia Jurídica”, na UNESA – campus Petrópolis, e “Psicologia, Contemporaneidade e Relação de Consumo”, na Universidade Católica de Petrópolis.

A Comissão Gestora da Subseleção Regional Serrana realizou, em julho, o I Seminário de Psicologia e Políticas Públicas da Região Serrana, com o tema “O olhar e as experiências do

profissional na sociedade”, escolhido a partir da atuação das (os) psicólogas (os) colaboradoras (es) desta subseleção que atuam nas Políticas Públicas por meio dos Conselhos Municipais em Petrópolis.

O trabalho da frente do Conselho Municipal da Assistência Social (gestão 2015/2017) está focado no fortalecimento da rede socioassistencial e da sociedade civil, garantindo a discussão de forma democrática e com preocupação especial na valorização dos trabalhadores do Sistema Único da Assistência Social (SUAS).

No Conselho Municipal de Políticas sobre Drogas, vemos a disputa entre os conceitos “dependência química” e “uso/abuso de drogas”. Nossa atuação afirma um posicionamento ético em relação ao uso abusivo das drogas e os atravessamentos políticos na prevenção e no tratamento. Com o objetivo de incidir sobre os arranjos e desarranjos da prática *psi* e fomentar debates, realizamos, junto ao Conselho, a I Conferência Municipal de Políticas sobre Drogas. Na posse da nova gestão, a colaboradora Victoria Gutierrez (CRP 05/20157) assumiu a presidência deste Conselho Municipal.

Temos atuado no Conselho Municipal de Saúde de Petrópolis com foco na Saúde Mental e na Atenção Básica, espaço que a (o) psicóloga (o) vem conquistando. Fila de espera, quadro defasado de funcionários comparado à demanda por serviços de Saúde Mental e dificuldade na execução de programas como o Consultório na Rua são alguns dos temas discutidos. Apesar das dificuldades, foi reativada, a partir da mobilização dos colaboradores, a Comissão de Saúde Mental, que tem por objetivo acompanhar, avaliar e fiscalizar estes serviços no município.

Dentro do Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa de Petrópolis, debatemos questões referentes ao envelhecimento saudável e ativo, à defesa e garantia de direitos dos idosos através do planejamento e gestão de Políticas Públicas. Também marcamos presença nas reuniões do Fórum Municipal e Estadual. Como pontos de discussão temos atualmente os registros de Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPIs), a formação de comissões permanentes e verificação de denúncias.

.....
Comissão Gestora: Ismael Eduardo Machado Damas (CRP 05/42823) – conselheiro-presidente; Simone Garcia da Silva (CRP 05/40084) – conselheira. Débora Esteves Müller (CRP 05/46269), Fabíola Foster de Azevedo (CRP 05/42893), Raphael Curioni Raia (CRP 05/47980) e Victoria Antonieta Tapia Gutiérrez (05/20157) – Colaboradores

Contatos: subseledepetropolis @crprj.org.br | **Facebook:** CRP – Subseleção de Região Serrana/ ●

Psicólogas (os) debatem propostas no Pré-Congresso de Petrópolis



ARQUIVO CRP-RJ

INFORME DO SINDICATO DOS PSICÓLOGOS DO RIO DE JANEIRO

Em abril de 2016, encerrou-se mais um mandato de direção do Sindicato dos Psicólogos do Estado do Rio de Janeiro (SINDPSI-RJ). Segue um breve relato sobre nossas conquistas durante o mandato de 2013 a 2016.

Destacamos, primeiramente, os resultados da aproximação política com o CRP-RJ, pela qual vários avanços foram realizados por meio de atividades conjuntas e discussões com a categoria nas subseções da Baixada Fluminense, Região Serrana e Norte-Noroeste Fluminense, possibilitando ao Sindicato ampliar suas ações políticas de interiorização.

A partir disso e dos encontros com a categoria, surgiram várias demandas em que o SINDPSI-RJ moveu processos jurídicos contra as Prefeituras em defesa dos direitos das (os) trabalhadoras (es) psicólogas (os) das regiões, já tendo obtido, em alguns deles, ganho da causa. Além

da interiorização, o Sindicato também procurou se aproximar da categoria oferecendo respostas mais rápidas às suas demandas.

Nossa inserção nos movimentos sociais e uma definição política em relação aos acontecimentos que assolaram o Brasil nesses últimos tempos também proporcionaram ao Sindicato uma marca de atuação anteriormente inexistente. Conseguimos, ainda, nossa carta sindical, que confere ao SINDPSI-RJ representar a categoria em todo o estado do Rio e firmar acordos coletivos para a mesma.

Intensificamos nossa presença nos Conselhos de Saúde, representando as (os) psicólogas (os) no seguimento de trabalhador de saúde, como também assentos em Mesas de Negociação Permanente do Sistema Único de Saúde (SUS), reivindicando Plano de Cargos, Carreiras e Sa-

lários (PCCS) para a categoria, entre outros direitos.

Também conseguimos comprar nossa sede própria, sonho que acompanhava todas as direções desde a fundação do SINDPSI-RJ. Não mais correremos o risco de fechar as portas por falta de condições de pagar aluguel de sala, como já ocorrera anteriormente. Embora o espaço seja pequeno, temos certeza de que a categoria, por meio dos pagamentos das Contribuições Sindicais e Confederativa, propiciará o aumento do espaço para funcionamento do sindicato e melhor atendimento.

Podemos afirmar, seguramente, que a diretoria fez o que pôde para proporcionar às (aos) psicólogas (os) do estado do Rio de Janeiro o melhor tratamento e representação possíveis.

Contatos: sindpsi-rj@sindpsi-rj.org.br | **Tel.:** (21) 2224-1762 / 1746. ●

VALIDADE DA RESOLUÇÃO CFP Nº 001/99 É MANTIDA EM DECISÃO JUDICIAL

O Tribunal Regional Federal do RJ manteve a validade legal da Resolução nº 001/99 do CFP, que veta psicólogas (os) de exercerem práticas de patologização da homossexualidade. Com isso, foi rejeitada a apelação apresentada em 2012 pelo Ministério Público Federal-RJ que visava à anulação integral da normativa.

Essa não foi a primeira vez que a legitimidade constitucional da resolução é questionada. Em 2011, o deputado federal João Campos (PSDB-GO) apresentou um projeto propondo a suspensão de trechos da resolução alegando que o CFP “extrapolou o seu poder regulamentar”. Em maio de 2013, foi

indeferida a Ação Civil Pública impetrada pelo MP pedindo a suspensão de artigos da resolução e argumentando que a normativa restringia a atuação de psicólogas (os).

Cabe ressaltar que a Resolução é fruto de ampla discussão com as (os) psicólogas (os) de todo o país e integra decisão de 1990 da Organização Mundial da Saúde (OMS), que retira a homossexualidade do rol de patologias.

Veja mais em: <<http://www.crprj.org.br/site/vitoria-para-a-psicologia-validade-da-resolucao-00199-e-mantida-em-decisao-judicial/>>.●



CRP-RJ AMPLIA DEBATES SOBRE PSICOLOGIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL

A inserção profissional nas políticas de Assistência Social é um tema que necessita ser amplamente debatido na Psicologia. O Sistema Único de Assistência Social (SUAS) corresponde atualmente ao segundo maior nicho de trabalho para as (os) psicólogas (os) brasileiras (os): ao todo, são mais de 25 mil profissionais atuando nessa política em todo o país.

Atento a esse cenário, o CRP-RJ instituiu, em 2014, a Comissão Regional de Psicologia e Assistência Social no intuito de debater e dar visibilidade a essa temática e fortalecer o diálogo com as (os) profissionais que atuam no SUAS no nosso estado.

Desde então, a Comissão promoveu, em 2015, diversas reuniões e encontros junto às (os) psicólogas (os) que atuam nessa política para discutir os desafios, impasses e avanços relativos à prática cotidiana da Psicologia no SUAS.

Esses encontros culminaram no I Seminário de Psicologia e Assistência Social, organizado pela Comissão em outubro do ano passado, no Rio de Janeiro. O evento, que teve como tema “Novos espaços, quais percursos?”, reuniu mais de 300 profissionais e estudantes de Psicologia de diversas localidades do estado do Rio.

Nesse ano, a Comissão ampliou sua atuação política para outros municípios do estado. Além de dar continuidade às reuniões abertas a psicólogas (os) que acontecem mensalmente na sede do CRP-RJ, a Comissão organizou uma agenda de encontros regionais. As chamadas Rodas de Conversa Regionalizadas “Psicologia e Assistência Social, diálogos possíveis e necessários” mobilizaram dezenas de profissionais e estudantes da Região Serrana e do Norte e Noroeste Fluminense.

No dia 15 de junho, foi feito um encontro com psicólogas (os) da cidade de Carmo. Em 8 de julho, foi a vez da cidade de Teresópolis. E, no dia 13 de julho, o encontro aconteceu na cidade de Macaé.

Além desses eventos do interior do estado, a Comissão promoveu também uma roda de conversa na sede do CRP-RJ, no dia 29 de junho, com a temática “Relações do Sistema de Justiça com a política de Assistência Social: debate sobre a nota técnica SNAS/MDS nº 02/2016”, que contou com a participação do presidente do Conselho Regional de Serviço Social do Rio de Janeiro (CRESS-RJ), Rodrigo Lima, e do membro da Comissão de Psicologia e Assistência Social do CRP-RJ Achiles Miranda (CRP 05/27415).

Todos esses encontros culminaram na segunda edição do Seminário de Psicologia e Assistência Social, que, com temática “Da Proteção Básica à Especial”, aconteceu no dia 14 de julho reunindo mais de 300 pessoas na Universidade Veiga de Almeida da Tijuca, no Rio de Janeiro.

Na avaliação da conselheira-presidente da Comissão de Psicologia e Assistência Social do CRP-RJ, Juliana Gomes da Silva (CRP 05/41667), “espaços como o Seminário são importantes para trocas de experiências, potencializando o debate entre os profissionais e estudantes que participaram. Capilarizar e regionalizar as discussões do SUAS no estado é uma das bandeiras do CRP-RJ, e nós, da Comissão, seguiremos avante nesse propósito”.

Para ver a cobertura completa do II Seminário de Psicologia e Assistência Social, acesse www.crprj.org.br. Os vídeos completos de cada mesa de debates do evento também estão disponíveis no nosso canal do YouTube. Confira! ●

"DIALOGANDO COM O CRP-RJ" CONSOLIDA UM ESPAÇO DE REFLEXÃO E DEBATES SOBRE A PRÁTICA DA PSICOLOGIA

A partir de uma parceria inovadora entre a Comissão de Orientação e Fiscalização (COF) e a Comissão Regional de Direitos Humanos (CRDH), o CRP-RJ lançou, em maio de 2014, o projeto “Dialogando com o CRP-RJ”. Pensado como estratégia de promoção, em todo o estado do Rio, de uma agenda permanente de diálogo junto às (aos) psicólogas (os) sobre importantes temáticas ligadas à prática cotidiana da Psicologia, o projeto provou-se uma iniciativa de grande êxito.

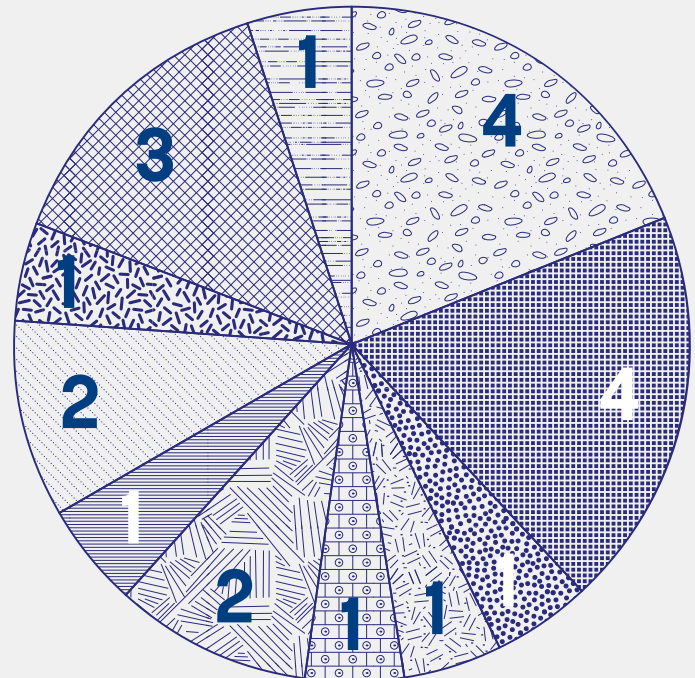
Os eventos do formato “Dialogando com o CRP-RJ” fecundaram a ideia de um espaço de discussão onde se pudesse falar de práticas, ações exitosas, dificuldades e entraves, além das possibilidades de avanço nas diversas áreas de atuação das (os) profissionais *psi*.

“Depois de muitos eventos ocorridos com esse título no CRP-RJ, temos a convicção de que foi uma ótima escolha dessa gestão e pretendemos continuar fazendo eventos com esse registro”, destaca o conselheiro-presidente da COF, Juraci Brito da Silva (CRP 05/28409). “Observamos que as (os) psicólogas (os) do Rio de Janeiro aprovaram tal iniciativa pois tem sido comum ouvirmos de colegas psicólogos: ‘quando será o próximo ‘Dialogando?’ completa.

A primeira edição do evento reuniu, na sede do CRP-RJ, no dia 28 de maio de 2014, profissionais do Departamento de Ações Socioeducativas (DEGASE). De lá para cá, foram, no total, 22 encontros no formato “Dialogando com o CRP-RJ”, nove dos quais realizados em municípios do interior do estado.

Entre as pautas propostas pelos eventos do “Dialogando com o CRP-RJ” desde então, podem ser destacadas: Medidas Socioeducativas, Avaliação Psicológica, Mobilidade Humana e Trânsito, Ética, Diversidade Étnico-Racial e de Gênero, Laicidade e Assistência Social. Confira no gráfico (no canto superior direito da página) o número de eventos divididos por temáticas.

Nesses encontros, consolidou-se uma importante rede de trocas de conhecimentos e experiências entre psicólogas (os), gestores públicos e estudantes a partir de debates que propiciaram aproximação entre profissio-



- | | | | |
|---|----------------------------------|---|---------------------------------------|
|  | Atenção a portadores do hiv/aids |  | Diversidade étnico racial e de gênero |
|  | Ética |  | Psicologia e justiça |
|  | Sistema prisional |  | Psicologia e esporte |
|  | Mobilidade humana e trânsito |  | Avaliação psicológica |
|  | Laicidade |  | Medidas sócio educativas |
|  | Assistência Social | | |

nais das mais diversas áreas de atuação da Psicologia. Além disso, o CRP-RJ pode conhecer mais de perto as práticas cotidianas da categoria, as pressões que enfrentam nas diversas políticas públicas e instituições, bem como as estratégias que constroem para enfrentar esses embates.

Os vídeos das principais edições do “Dialogando com o CRP-RJ” podem ser assistidos em nosso canal no YouTube. Confira! ●

PARTICIPE DA PESQUISA SOBRE PSICÓLOGAS (OS) NA SAÚDE SUPLEMENTAR

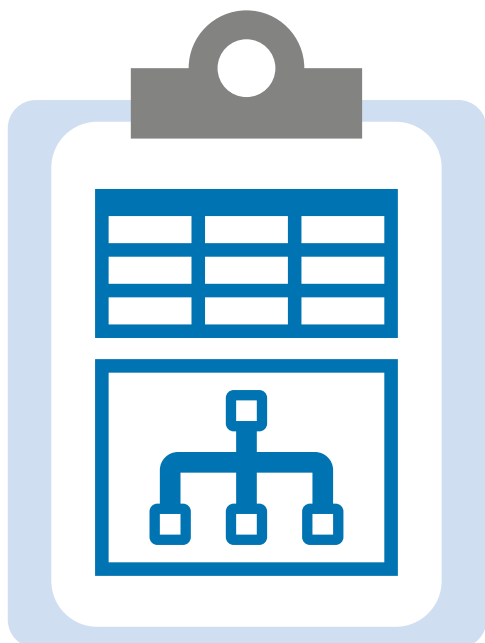
Fique atenta (o)! O Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro está lançando uma pesquisa sobre a relação das (os) psicólogas (os) e as operadoras de saúde (planos de saúde e similares).

O link da pesquisa está disponível em nosso site até o dia 27 de agosto. Acesse www.crprj.org.br e participe.

O objetivo da pesquisa é conhecer e identificar as principais problemáticas do campo da Saúde Suplementar, buscando, assim, qualificar e melhorar o exercício profissional das (os) psicólogas (os) do estado do Rio de Janeiro neste cenário.

As principais questões a serem levantadas dizem respeito aos baixos valores dos honorários pagos pelas operadoras de saúde, ao número limitado de sessões, ao índice de reajustes, às glosas e, muitas vezes, à necessidade do encaminhamento médico e do uso do Código Internacional de doenças (CID-10).

O CRP-RJ vem, há mais de uma década, atuando no campo da Saúde Suplementar em defesa dos interesses da (o) psicóloga (o) e dos usuários desse sistema. Por isso, conclamamos todas (os) as (os) profissionais a participarem dessa pesquisa, que instrumentalizará as futuras ações do CRP-RJ na área.



Demonstrativo de resultados adaptado de janeiro a abril de 2016

RECEITAS	
Receitas de Contribuições	7.291.977
Receitas de Serviços	50.314
Receitas Financeiras	350.492
Dívida Ativa	72.737
Outras Receitas	24.461
Total das Receitas Brutas	7.789.981

TRANSFERÊNCIAS (-)	
Conselho Federal de Psicologia	1.922.429,13
Total das Receitas Líquidas	5.867.553

DESPESAS (-)	
Pessoal*	1.452.754
Jeton, Diárias e Ajudas de Custo	186.518
Passagens	0
Hospedagens	594
Materiais de Consumo	29.982,60
Serviços de Terceiros - PJ	638.895
Tributos	22.606
Serviços Bancários	72.336
Demais despesas correntes	96.184
Restos a Pagar	583.442
Total das Despesas de Operações	3.083.312

INVESTIMENTOS (-)	
Reformas	28.262
Móveis e Utensílios	0
Máquinas e Equipamentos	500
Veículos	0
Equipamentos de Informática	
Softwares	7.970
Total dos Investimentos	36.732

SUPERÁVIT FINANCEIRO	2.747.509
-----------------------------	------------------

Janne Calhau (CRP 05/ 1608) - presidente | Alexandre Trzan Ávila (CRP 05/ 35809) - tesoureiro | Paulo César Soares - Contador (CRC/ RJ 077743/ 0-5)

*Engloba Encargos Trabalhistas, Benefícios e Estagiários

POLÍTICA É COISA DE PSICÓLOGA(O)?



Um dos princípios fundamentais do atual Código de Ética da Psicologia diz:

“III – O psicólogo atuará com responsabilidade social, analisando crítica e historicamente a realidade política, econômica, social e cultural”.

Isso quer dizer que, em nossa prática profissional, precisamos considerar as relações políticas e o contexto histórico no qual estamos desenvolvendo nossas ações. Em outras palavras, política é coisa de psicólogo(a), sim.

Este ano, vivenciaremos um momento político de especial importância em nossa profissão. Trata-se do processo democrático de escolha das (os) conselheiras (os) efetivas (os) e suplentes para o mandato 2016-2019 do Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro, bem como o do Conselho Federal de Psicologia.

Os Conselhos Regionais e Federal de Psicologia, criados em 1971 a partir da Lei nº 5.776, nascem com as atribuições legais de “orientar,

disciplinar e fiscalizar o exercício da profissão de Psicólogo e zelar pela fiel observância dos princípios de ética e disciplina da classe”. Cabe aos CRPs zelar pela observância do Código de Ética profissional. Assim sendo, participar do processo eleitoral é assumir coletivamente a responsabilidade pelos caminhos que nossa profissão trilhará nos próximos anos.

O processo eleitoral de 2016 está sendo planejado e conduzido por Comissões Eleitorais, nacional e regionalmente, com natureza e atribuições definidas na Resolução CFP nº 004/2015. As Comissões Eleitorais, em sua prerrogativa de recepção, avaliação e aceitação das chapas, e conforme as condições de elegibilidade contidas na referida resolução, informa à categoria sua posição de isenção e neutralidade, o que vem a contribuir – sobremaneira – para um processo democrático.

A votação ocorrerá de duas formas: pela internet e por correspondência. As (os) psicólogas (os) receberão, por meio de seu correio eletrônico,

uma senha que lhes permitirá votar on-line entre as 8h do dia 24 de agosto e as 17h do dia 27 do mesmo mês, o que vale também para aquelas (es) que se encontrarem no exterior, levando em consideração o fuso horário do Brasil.

No dia 27 de agosto haverá terminais instalados nos cinco postos de votação, na sede (à rua Delgado de Carvalho 53, Tijuca), e nas subseções do CRP-RJ. Somente poderão votar por correspondência aquelas (es) que estiverem a mais de 50 km de distância de um dos postos de votação, o que lhes garantirá o recebimento, por meio dos Correios, da cédula eleitoral. É sempre bom lembrar que o voto é pessoal e obrigatório, e que, para votar, é necessário estar em dia com sua anuidade ou parcelamento.

Em caso de dúvidas referentes ao processo eleitoral, entre em contato com a Comissão Eleitoral por meio do telefone (21) 2139-5438 ou do e-mail comeleitoral@crprj.org.br. Os plantões semanais na sede do CRP-RJ acontecem todas as terças e quartas-feiras, das 10h às 16h. ●

FAÇA SUA ATUALIZAÇÃO CADASTRAL PARA PODER VOTAR NAS ELEIÇÕES PARA OS CONSELHOS DE PSICOLOGIA


O sistema do Conselho Federal de Psicologia (CFP) para atualização cadastral estará disponível somente até 4 de agosto. Sem as informações cadastrais atualizadas, você não poderá receber a senha para a votar nas eleições on-line para os Conselhos Regionais e Federal de Psicologia, que acontecerão entre 24 e 27 de agosto desse ano.

Cada psicóloga (o) receberá uma senha via e-mail ou SMS que o habilitará para a votação.

Assim, caso seu endereço de e-mail ou número de celular esteja desatualizado no cadastro do CRP, você não poderá votar porque não terá o respectivo número de senha.


A atualização cadastral deve ser feita pelo site <<http://cadastro.cfp.org.br/atualizados>>.

Em caso de dúvidas, ligue para 0800 642 0110 e (61) 2109 0149/0149 ou envie um e-mail para atualizados@cfp.org.br.



CONHECER
quem faz
A PSICOLOGIA

ATUALIZE SEUS DADOS CADASTRAIS E AJUDE A CONSTRUIR UM SISTEMA CONSELHOS QUE QUER TER A SUA CARA!
CADASTRO.CFP.ORG.BR



Conselho Federal de Psicologia
Associação
Conselhos Regionais de Psicologia

ARQUIVO CFP